

Evolução das Relações Diplomáticas de Portugal e Coreia do Sul: o papel da diplomacia cultural

Diana Sofia Pereira Bernardo

Relatório de estágio para obtenção do Grau de Mestre em
Relações Internacionais
2º ciclo de estudos

Orientadora: Prof.^a Doutora Joana Sá Ricarte Alvarenga
Pinheiro Mota
Orientador: Prof.^o Doutor João David Malagueta Terrenas

outubro 2024

Declaração de Integridade

Eu, Diana Sofia Pereira Bernardo, que abaixo assino, estudante com número de inscrição M12779 de/o Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridade da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, e que em particular atendi à exigida referência de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assim assumo na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã 11/10/2024

Diana Bernardo

(assinatura conforme Cartão de Cidadão ou preferencialmente assinatura digital no documento original se naquele mesmo formato)

Agradecimentos

A finalização deste relatório marca o fim de um longo caminho acadêmico que não teria sido possível sem o apoio, incentivo e contribuição de inúmeras pessoas.

Em primeiro lugar, gostaria de expressar o meu profundo agradecimento à minha orientadora, Joana Ricarte, pela sua orientação contínua, paciência e generosidade ao longo deste processo. Os seus conselhos, sugestões e o apoio incansável que me deu foram fundamentais para o desenvolvimento e aprimoramento deste relatório.

Agradeço também à minha família, por toda a ajuda e encorajamento que me deram ao longo de todos estes anos. Em especial, estou grata à mulher mais importante da minha vida, a minha mãe, sem ela nada disto seria possível. Obrigada por tudo o que lutaste e abdicaste para que eu pudesse realizar os meus sonhos e objetivos, mas sobretudo obrigada por estares ao meu lado em todos os momentos, nos bons e nos maus, sem ti não tinha conseguido.

Aos meus amigos, agradeço pela compreensão nos momentos de ausência e pelas palavras de motivação, especialmente nos momentos de maior dificuldade. A vossa amizade foi essencial para que eu mantivesse o foco e a perseverança neste caminho que percorri. Obrigada por serem o meu escape quando precisei de me esquecer de problemas que foram aparecendo no caminho.

Por fim, gostaria de agradecer a todas as pessoas e instituições que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste relatório. Esta conquista não seria possível sem o apoio de todos vocês.

Muito obrigada.

Resumo

Este relatório visa explorar a evolução histórica das relações diplomáticas entre Portugal e a Coreia do Sul, com foco em questões culturais e, mais especificamente, na importância e potencial da diplomacia cultural para o estabelecimento e sustentação de relações bilaterais entre países. Através de um estágio curricular realizado na Embaixada de Portugal na Coreia do Sul entre Janeiro e Abril de 2024, pretendeu-se investigar como é que as relações bilaterais entre os dois países se têm desenvolvido e de que forma Portugal tem explorado as novas formas de interação com a Coreia a partir da viragem cultural que levou o país a se posicionar como um grande exportador de modos de vida, cultura e, sobretudo, género musical. Um dos seus objetivos é preencher uma lacuna existente na literatura académica sobre as relações entre Portugal e Coreia do Sul na perspetiva diplomática, que são pouco exploradas. Assim, esta investigação pretende responder às seguintes questões: de que forma se têm desenvolvido as relações entre Portugal e a Coreia do Sul e como é que o bilateralismo assente na diplomacia cultural possibilita o estabelecimento e manutenção de laços entre os países? Argumenta-se que as relações entre os dois países têm sido pautadas sobretudo pela dimensão da diplomacia cultural, e que este conceito nos permite uma compreensão mais profunda do investimento em termos de política externa em relações de cooperação bilateral com países cuja importância estratégica ao nível económico e militar é reduzida, permitindo, portanto, explicar o estabelecimento de laços duradouros de amizade entre Portugal e a Coreia do Sul, a despeito da ausência evidente de interesses materiais. A história das relações entre Portugal e a Coreia do Sul já ultrapassa os 400 anos, tendo somente 63 anos de relações diplomáticas oficiais.

Palavras-Chave: Portugal; Coreia do Sul; Política Externa, Diplomacia Cultural; *Soft Power*.

Abstract

This report aims to explore the historical evolution of diplomatic relations between Portugal and South Korea, with a focus on cultural issues and, more specifically, the importance and potential of cultural diplomacy in establishing and sustaining bilateral relations between countries. Through a curricular internship carried out at the Portuguese Embassy in South Korea between January and April 2024, the aim was to investigate how bilateral relations between the two countries have developed and how Portugal has explored new forms of interaction with Korea since the cultural shift that led the country to position itself as a major exporter of lifestyles, culture and, above all, music. One of its aims is to fill a gap in the academic literature on relations between Portugal and South Korea from a diplomatic perspective, which are little explored. Thus, this research aims to answer the following questions: how have relations between Portugal and South Korea developed and how does bilateralism based on cultural diplomacy make it possible to establish and maintain ties between the countries? It is argued that relations between the two countries have been guided above all by the dimension of cultural diplomacy, and that this concept allows us to gain a deeper understanding of the foreign policy investment in bilateral cooperation relations with countries whose strategic importance in economic and military terms is reduced, thus explaining the establishment of lasting bonds of friendship between Portugal and South Korea, despite the obvious absence of material interests. The history of relations between Portugal and South Korea is over 400 years old, with only 63 years of official diplomatic relations.

Keywords: Portugal; South Korea; Foreign Policy, Cultural Diplomacy; *Soft Power*.

Índice

1. Introdução.....	7
1.1. Metodologia.....	8
1.2. Revisão da Literatura.....	10
1.3. Estrutura do relatório.....	11
2. Conceitos de Política Externa, Diplomacia e Diplomacia Cultural.....	12
2.1. Política externa.....	13
2.2. Diplomacia.....	15
2.3. Diplomacia Cultural.....	17
3. A Política Externa Portuguesa desde a democratização: três eixos centrais e o olhar para a Ásia.....	21
4. Portugal e Coreia do Sul: Origens históricas de um relacionamento bilateral.....	26
4.1. Portugal e o interesse histórico pela Ásia.....	26
4.2. Dos tempos dos grandes impérios à contemporaneidade: a construção das Coreias.....	30
4.3. A construção das Relações Portugal-Coreia.....	37
5. Diplomacia cultural e Relações Bilaterais: lições do estágio na Embaixada Portuguesa na Coreia do Sul.....	40
5.1. Caracterização do Estágio e Atividades Realizadas.....	40
5.2. A diplomacia cultural como motor da política externa portuguesa relativamente à Coreia.....	43
6. Conclusão.....	47

1. Introdução

Nas relações internacionais as interações diplomáticas surgem como protagonistas essenciais, delineando os limites de um mundo que cresce mais ligado entre si. Portugal e Coreia do Sul são nações com uma história conjunta que se inicia entre o século XVI e o século XVII. Dois países geograficamente distantes, conseguiram através da vontade e esforço estabelecer relações diplomáticas favoráveis, não havendo ainda registo de qualquer conflito entre os dois.

Num mundo no qual questões ambientais, desafios transnacionais e de segurança fazem parte central da agenda internacional, a diplomacia torna-se o instrumento necessário para encontrar soluções para os conflitos existentes, bem como para proporcionar relações bilaterais e multilaterais saudáveis e prósperas. É importante entender que uma forma de facilitar a cooperação internacional é conseguir que a diplomacia seja eficiente, o que ajudará no comércio internacional, investimentos, cooperação e no alastramento da informação. Podemos entender que, com o crescimento das interações económicas entre os Estados, estes vivenciaram um crescimento exponencial em diversas áreas, dentre as quais económicas, sociais e culturais. Isto faz das relações diplomáticas um intermediário que ajuda na gestão das barreiras comerciais, culturais e políticas, e simplifica a troca de conhecimento e tecnologia.

É inquestionável que as relações diplomáticas nesta era contemporânea não são apenas uma ferramenta de política externa, mas o fundamento do sistema e da ordem internacional. Dentro da política externa dos Estados, a diplomacia cultural é tradicionalmente uma relação entre os Estados para lidar com questões a nível cultural, que desempenham um papel essencial no fortalecimento das relações bilaterais entre os países, permitindo a construção de relações de respeito e cooperação. Embora seja frequentemente enquadrada como uma ferramenta de *soft power*, a diplomacia cultural tem, portanto, grande relevância na construção e manutenção de relações e relacionamentos entre os Estados, tendo um potencial de fortalecimento das trocas bilaterais em diversos âmbitos. Este é o caso das relações entre Portugal e Coreia do Sul, que embora não tenham grande relevância ao nível económico-militar têm-se sustentado nas trocas culturais, como podemos ver na história de ambos os países.

Assim, este projeto irá explorar a evolução histórica das relações diplomáticas entre Portugal e Coreia do Sul, com foco em questões culturais. Através de um estágio curricular realizado na Embaixada de Portugal em Seul, pretendeu-se investigar como as

relações bilaterais entre os dois países se têm vindo a desenvolver e de que forma Portugal tem explorado as novas formas de interação com a Coreia¹ a partir da viragem cultural que levou o país sul-coreano a uma posição de grande exportador de modos de vida, cultura e, sobretudo, género musical, utilizando sobretudo a diplomacia cultural e o *soft power*. Grande parte do desafio em investigar as relações entre Portugal e Coreia do Sul resulta da escassez de literatura académica sobre o tema. Assim, este trabalho pretende colmatar esta lacuna, contribuindo para a literatura sobre a importância e potencial da dimensão cultural da política externa, e, mais especificamente, no que diz respeito às relações entre Portugal e Coreia do Sul.

1.1. Metodologia

Este relatório adota uma metodologia qualitativa com base nos métodos de observação participativa, nomeadamente no âmbito do trabalho de campo realizado durante um estágio na Embaixada Portuguesa em Seoul, análise documental e revisão da literatura. A investigação teve por base a análise de fontes primárias e secundárias, assim como o estágio curricular. Começando com as primárias, neste campo a pesquisa utilizou documentos e livros históricos, que mencionem a ligação entre Portugal e Coreia do Sul, recolhidos do Arquivo e Biblioteca do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa. As fontes primárias proporcionaram uma melhor visão das interações, influências e negociações que auxiliaram na construção da relação bilateral entre Portugal e a Coreia do Sul. Foi feita uma extensa revisão de literatura secundária que revelou uma escassez de estudos acerca da relação entre os dois países, evidenciando o interesse científico da proposta deste projeto de explorar o conceito de diplomacia cultural como meio de compreensão das relações entre determinados países cujos interesses estratégicos podem ser tidos como menos evidentes ao não se considerar esta dimensão.

Ainda na escolha da metodologia, esta investigação, como referido, utilizou o método da observação participativa (Gusterson, 2008: 94; Klotz and Lynch, 2015: 37), permitindo no âmbito do estágio uma aprendizagem a partir do quotidiano do trabalho do serviço consular e a análise de documentos oficiais de fontes secundárias pertencentes ao Arquivo Diplomático e Biblioteca. Esta metodologia permite, através de uma abordagem

¹ Pese embora existam, conforme será explicado, duas Coreias, a Coreia do Norte e a Coreia do Sul, sempre que não especificado, este trabalho se refere à Coreia do Sul quando utiliza o termo “Coreia”.

focada, retirar ilações e observações com grande potencial de contributo teórico, podendo proporcionar extrapolações que permitam compreender melhor dimensões relacionadas com a diplomacia, o bilateralismo e as relações culturais entre os países. Esta revisão da literatura é indispensável para identificar as lacunas existentes e direcionar a pesquisa para específicas áreas de interesse. A utilização de fontes primárias e secundárias tanto empíricas quanto teóricas permitiu que a investigação seja o mais completa possível, o que contribui para a compreensão abrangente das relações diplomáticas entre as duas nações.

Outro fator que contribuiu para um melhor entendimento desta relação foi o estágio curricular que realizei no qual tive a oportunidade de observar pessoalmente e com detalhes as áreas específicas que ajudam a que a relação se aprofunde, sendo elas a cultural e comercial, atribuindo mais importância à cultural, o que me permitiu chegar ao conceito de diplomacia cultural, discutido neste trabalho, como motor central da política externa entre os dois países. A escolha de caso de estudo deste projeto parte da análise fundamentada, nomeadamente, as relações entre Portugal e Coreia do Sul, de uma perspectiva histórica, com base em process-tracing (George and Bennet, 2005: 205-232; Checkel, 2008: 114), até a contemporaneidade, que será analisada no âmbito do estágio curricular. A justificação está na relevância histórica e no envolvimento contemporâneo deste caso para entender o crescimento das relações bilaterais de Portugal com a Coreia do Sul. O escopo temporal será estruturado com base na identificação dos períodos críticos e de transformações nas relações diplomáticas entre os dois, o que auxiliará na realização de uma análise mais focada e concertada também com as dinâmicas internacionais e mudanças domésticas em ambos os países.

A teoria construtivista, ao ser aplicada neste relatório de estágio sobre as relações diplomáticas entre Portugal e Coreia do Sul, proporciona uma perspectiva única para compreender as dinâmicas destas interações bilaterais. Esta abordagem destaca a importância das ideias, discursos, práticas e identidades na formação das relações internacionais, ultrapassando as análises tradicionais baseadas nos interesses materiais (Wendt, 1992). Ao utilizar a teoria construtivista, este relatório explora como as perceções mútuas entre Portugal e Coreia do Sul são moldadas, ou mais especificamente, socialmente construídas, através da cultura, da história e das relações entre as sociedades. Assim, a teoria construtivista permitirá investigar de que forma as narrativas históricas, os valores culturais e identidades nacionais podem influenciar as interações diplomáticas entre os dois Estados. Conseguimos também examinar de que maneira as representações

simbólicas e os discursos constroem a política externa, o que pode facilitar ou dificultar a cooperação bilateral. Isto possibilita uma abordagem mais extensa para a análise das relações de Portugal e Coreia do Sul, fortalecendo a compreensão do estágio, o que irá contribuir para a reflexão sobre estratégias da diplomacia cultural.

1.2. Revisão da Literatura

A literatura sobre as relações de Portugal com a Coreia do Sul, como já mencionei, é limitada, por isso, quando iniciamos a pesquisa e análise com foco na área das relações internacionais, observa-se que a atenção atribuída a esta relação de bilateralidade é pequena. É importante mencionar que análises da relação da Coreia do Sul com a Europa são bastante comuns, mas nenhuma se centra somente num país individual (Kim, 2022). Existem também estudos que analisam a diplomacia de Portugal e da Coreia do Sul isoladamente (Kim, 2022), mas não existe nenhuma que analise a interação específica entre as duas, sendo assim, este estudo representa uma oportunidade para contribuir para este campo das Relações Internacionais que segue pouco explorado.

Nas Relações Internacionais, o seu foco mais tradicional é predominante no estudo das relações entre os Estados e regiões estratégicas. Assim, as investigações focadas em Portugal na sua maioria abordam a sua interação com os países onde a língua portuguesa é predominante, sendo que na Coreia do Sul a análise é feita na sua maioria com a sua vizinha norte-coreana. A ausência de um estudo que somente trate das relações de Portugal e da Coreia do Sul, cria um ambiente propício para uma investigação que ajude a preencher esta lacuna na literatura académica das Relações Internacionais, assim como permite um contributo teórico na medida em que a análise aqui feita revela que estas relações são sobretudo pautadas na diplomacia cultural.

Assim, apesar da literatura ser diminuta, isto fornece um grande espaço de pesquisa, que procura não só preencher a lacuna existente, como fornecer entendimentos sobre a sua evolução, desafios e oportunidades nas relações diplomáticas de Portugal e Coreia do Sul, o que enriquecerá a estrutura de conhecimento das Relações Internacionais.

1.3. Estrutura do relatório

Este relatório é composto por seis capítulos, incluindo a introdução e a conclusão. Primeiramente, no capítulo introdutório, este relatório começa por apresentar o tema central desta investigação, passando pelos objetivos, a relevância e o enquadramento da área de estudo, traçando, assim, um panorama geral do desenho de investigação proposto.

Conforme já foi referido, a análise empírica destes dois casos revelou uma dinâmica relacional baseada não apenas em interesses materiais, mas sobretudo em fatores culturais, que passam a guiar a política externa portuguesa relativamente à Coreia do Sul. Assim, o próximo capítulo será conceitual, com enfoque nos conceitos de política externa, diplomacia e diplomacia cultural com a finalidade de o campo analítico que permite a compreensão das dinâmicas relacionais entre os dois países.

O terceiro capítulo apresenta a política externa portuguesa com base nos três eixos centrais: a União Europeia, o Eixo Euro-Atlântico e o espaço pós-colonial português, que poderá explicar a demora na formação de uma relação diplomática oficial entre Portugal e Coreia do Sul.

O quarto capítulo inicia-se com o processo de entendimento das relações diplomáticas entre Portugal e Coreia do Sul, começando por um contexto histórico da expansão do império português, com enfoque no interesse dos portugueses no oriente, em particular na Península Coreana. É também importante apresentar o contexto histórico da Coreia, sendo este o próximo ponto, para que se entenda como foi o processo de domínio cultural global que a Coreia do Sul possui atualmente, o que ajuda imenso na sua política externa utilizando o *soft power* através da diplomacia cultural. Este capítulo finaliza com a apresentação da longa construção que as relações Portugal e Coreia do Sul detém até aos dias atuais.

No quinto capítulo, o estágio é descrito detalhadamente, discorrendo sobre a experiência que levou a assumir que a cultura é uma das principais áreas de cooperação entre Portugal e a Coreia do Sul. Para além disto, exemplos de interações entre os países, através da cultura são apresentados com a finalidade de reforçar a ideia de que a cultura é o fator principal das relações Portugal-Coreia.

Conclui-se que, esta organização do documento, permitirá aos leitores um melhor entendimento do tema abordado neste relatório, como também facilitará a leitura, devido sobretudo à organização cronológica.

2. Conceitos de Política Externa, Diplomacia e Diplomacia Cultural

Política Externa, Diplomacia e Diplomacia Cultural são, três conceitos-chave das relações internacionais, sendo também os mais importantes para uma melhor compreensão da finalidade deste trabalho, analisar as relações entre Portugal e Coreia do Sul desde os seus primórdios. Estes conceitos fornecem o quadro teórico necessário para explorar como a Política Externa e a Diplomacia moldam as relações bilaterais, e como a Diplomacia Cultural pode ser utilizada como instrumento central de fortalecimento das relações entre os dois Estados. Quando dominados, estes conceitos podem contribuir para um entendimento mais claro e detalhado das relações atuais e das possibilidades futuras.

A Política Externa, definindo-a de uma maneira mais sucinta, é utilizada pelos países para definir as suas interações com os Estados e Organizações Internacionais, a partir da construção de interesses e projeção de intenções. Sendo assim, para analisar da melhor maneira as relações entre estes dois países, é crucial compreender como estes formulam e executam a sua Política Externa. O conceito de diplomacia é igualmente importante, pois este é um mecanismo através do qual os Estados estabelecem a sua Política Externa. Assim, compreender as estratégias diplomáticas entre Portugal e a Coreia do Sul é essencial para se entender como estas se têm desenvolvido ao longo do tempo. O último conceito, Diplomacia Cultural é uma dimensão específica da diplomacia que utiliza a cultura como instrumento para ajudar na manutenção e formação das relações internacionais, levando à construção de relações de cooperação e paz sustentáveis. Analisar este conceito é importante para o estudo das relações entre Portugal e Coreia do Sul, porque promove o entendimento mútuo e a cooperação através de intercâmbios culturais como a educação e o turismo. Para além disto, a diplomacia irá ajudar a analisar de que forma os laços culturais reforçam as relações políticas e económicas entre os dois, como ajudam na construção de uma imagem positiva no cenário internacional.

Quando analisamos - como veremos ao longo deste trabalho - as teorias mainstreams das relações internacionais, como o Realismo, fica evidente que estas olham para a política externa e para as relações diplomáticas maioritariamente da perspectiva da definição de interesses baseada em dimensões materiais (*hard power*). Este é uma visão limitadora para compreender e explicar outras interações, que são fortemente ancoradas a instrumentos de *soft power* baseados na cultura e na cooperação. Este é outro motivo para trazer como conceito-chave de diplomacia cultural, pois, é central para compreender a natureza e a evolução das relações entre Portugal e a Coreia do Sul.

2.1. Política Externa

A política externa é um conceito que está enquadrado no estudo das Relações Internacionais, e significa basicamente a forma pela qual um Estado se relaciona com outros países no plano global, onde ele cria e defende as suas preferências nacionais. Resumindo, a política externa é uma elaborada estrutura onde se tomam decisões na maior parte das vezes de carácter diplomático que constituem os objetivos, a identidade e o posicionamento de um Estado no plano internacional (Rodrigues, 2004). Na sua essência existe um conceito conhecido como soberania, é através deste que os Estados procuram proteger os seus interesses e defender a autonomia que possuem para tomar as decisões necessárias e mais favoráveis no plano internacional. É através da política externa que conseguimos observar o conceito de soberania em ação (Rodrigues, 2004).

Compreender o conceito de política externa é essencial para se adquirir um melhor entendimento da dinâmica das relações internacionais e do comportamento dos Estados na sociedade internacional. Raquel Freire, através da sua obra “Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança”, proporcionou-nos com uma base teórica bastante consolidada ao mesmo tempo que nos presenteia com uma contextualização histórica indispensáveis para analisar o conceito de política externa. De acordo com a autora, tradicionalmente, a política externa é muitas vezes associada aos Estados, contudo, e cada vez mais, tem vindo a ser relacionada a outros atores, como a União Europeia, devido sobretudo à crescente interdependência internacional, como as organizações internacionais que também representam um papel importante na sociedade internacional (Freire, 2011).

Existem diversas definições do conceito de política externa, e apesar de serem diferentes, apresentam pressupostos semelhantes. O que todas as definições têm em comum é o facto de todas destacarem o papel dos Estados como atores principais na constituição da política externa e a dificuldade em reconhecerem outros atores na política internacional. Por este motivo, existe uma dificuldade na inclusão das entidades sub-estatais ou supra-estatais na análise da política internacional. Contudo, esta obra apresenta uma definição de política externa mais abrangente e que consegue ultrapassar algumas lacunas existentes dentro deste conceito (Freire, 2011).

Raquel Freire afirma também que existem modelos teóricos, diversos e complexos, que discutem a política externa. Estes refletem a natureza que não é linear e

é multifacetada do processo de formulação e implementação. A professora mencionou ainda que a política externa não é isolada, mas sim modelada por uma interação constante entre as dimensões domésticas (internas) e internacionais (externas). Para um melhor entendimento destas dimensões, a teoria de James Rosenau sobre a relação bidirecional é essencial. O autor refere que a política externa é influenciada pelos fatores externos e fatores internos, o que desmente a visão tradicional de que ela é predominantemente dirigida por fatores internacionais (Rosenau, 1970). Fica assim evidente que o debate sobre a importância das dimensões internas e externas na formulação da política externa continua a ser uma questão primordial. Estas dimensões colocam os teóricos em lados opostos, sendo que alguns defendem a dimensão interna, pois acreditam que as necessidades domésticas e as tensões políticas representam uma variável mais significativa que auxilia a definição da agenda de política externa (Freire, 2011).

Em oposição, os teóricos das abordagens estruturalistas, dos quais fazem parte Joseph Nye e Kenneth Waltz, apontam que a influência da estrutura internacional representa uma força determinante na constituição da política externa (Nye, 1993: 47-50; Waltz, 1979: 101-127; Freire, 2011). Compreendemos, assim, que a formulação da política externa é complexa e influenciada pelos fatores internacionais e domésticos, e a sua execução requer a coordenação de diversos recursos e atores disponíveis. Um dos conceitos importantes na análise da política externa é a co-constituição das dimensões externa e interna, o que significa que a política externa é moldada pelos fatores internacionais e internos que são influenciados reciprocamente, o que auxilia na compreensão de como os Estados se posicionam e atuam no sistema internacional (Freire, 2011).

Fica evidente que o estudo da política externa, com as teorias, atores e processos, é indispensável para uma melhor compreensão das relações internacionais contemporâneas. Os modelos e teorias analisados concedem uma base sólida para analisar a forma como os Estados e outros atores constroem a sua política externa para dar resposta à sociedade internacional dinâmica e interligada. Igualmente, é importante mencionar que a constituição da dimensão externa e interna em conjunto com a utilização de estudos de caso enriquecem a análise, pois proporcionam uma perspectiva mais completa e abrangente sobre a política externa (Freire, 2011).

2.2. Diplomacia

A palavra “Diplomacia” não é recente, originalmente o significado dela era totalmente diferente do atual. Ela provém da palavra grega “*Diploma*” que era basicamente um documento enrolado utilizado para certificar um acordo ou mensagem. Com o passar do tempo, a diplomacia tem sofrido constantes alterações quer sejam tecnológicas ou de poder, mas ela tem conseguido adaptar-se às alterações geopolíticas e ao novo funcionamento da sociedade internacional. Atualmente, a diplomacia possui, todavia, um papel importante nas relações internacionais (Gaspar, 2020).

Mas o que é a diplomacia no contexto das Relações Internacionais? A diplomacia é utilizada como uma ferramenta para mediar as relações entre os Estados. Através dela são promovidos os interesses nacionais, solucionam-se desentendimentos e controvérsias como também são realizados acordos utilizando a negociação e o diálogo, tentando sempre evitar qualquer conflito. Do que é considerado tradicional, a diplomacia possui duas perspectivas diferentes, por um lado, a diplomacia pode ser utilizada como um meio para a relação política internacional, por outro lado, a diplomacia é também uma maneira de os Estados realizarem e fortalecerem as suas relações através de funcionários seus representantes treinados em relações culturais e mediação de diferenças, os chamados diplomatas. Contudo, atualmente com as constantes mudanças no mundo, a diplomacia tem encontrado novas formas de ação. Agora a diplomacia também procura explicar como os Estados que são os atores estatais e os atores não estatais compreendem a cultura e os seus comportamentos. A diplomacia ajuda, igualmente, na criação e condução dos relacionamentos, o que lhe permite ter uma forte influência nas opiniões dos Estados, o que auxilia no avanço dos seus interesses e valores (Gaspar, 2020).

O político e diplomata Henry Kissinger analisou detalhadamente a evolução da diplomacia e o impacto que esta teve na constituição mundial. O que se torna evidente desde o começo é que para Henry Kissinger a diplomacia é um instrumento de poder, evidenciando que os Estados devem utilizar a diplomacia para alcançar os objetivos que não são conseguidos através da força militar, ou, e principalmente, é utilizada para evitar esta via militar. Assim, a diplomacia serve como uma extensão da política de poder – sendo este um mecanismo utilizado pelos Estados para evitarem a hegemonia nociva de uma potência, o que faz uma distribuição estável do poder – sendo aqui indispensáveis o equilíbrio de forças e as habilidades de negociação (Kissinger, 1995). Um exemplo de

como a diplomacia foi utilizada para “construir” a ordem mundial é o Congresso de Viena de 1815. Este Congresso foi uma reunião de diversos Embaixadores pertencentes às principais potências da Europa no contexto pós-derrota de Napoleão Bonaparte. Este tinha como objetivo principal redesenhar o mapa europeu e restabelecer a ordem após as sequelas deixadas pelas Guerras Napoleônicas. Kissinger realça que o equilíbrio de poder foi o principal orientador deste Congresso, e que liderado por figuras importantes, os Embaixadores procuraram criar uma configuração de poder que precavesse a ascensão de alguma hegemonia na Europa, idêntica à estabelecida por Napoleão Bonaparte (Kissinger, 1995). Contudo Henry Kissinger afirma que os líderes europeus conseguiram atingir acordos parcialmente satisfatórios para todos devido à paciência, compromisso e visão estratégica, considerados pontos-chave da diplomacia. Estes continuam a ser os principais pontos-chave da diplomacia para o político, realçando que os líderes atuais devem ter a disposição de cooperar e negociar, pois a estabilidade mundial está assente na capacidade de criar e manter o equilíbrio de poder (Kissinger, 1995).

No âmbito das Relações Internacionais, o político é constantemente associado ao realismo, sendo esta tida como uma abordagem que prioriza os interesses nacionais definidos como se objetivos fossem e pautadas pela busca por capacidades materiais que visariam a sobrevivência do Estado como motivação das ações diplomáticas. Contudo, na sua obra o autor faz um contraste entre o realismo e o idealismo, que procura fundamentar as Relações Internacionais em princípios éticos e legais e, sobretudo, considera que a cooperação é uma via de colaboração e equilíbrio de poder mais sustentável do que a via militar. Começando por criticar o idealismo excessivo, ele argumenta que este pode direcionar erradamente para um caminho de desilusão e fracasso político, contudo este reconhece a importância que as normas e valores representam, desde que estejam alinhados com uma visão pragmática do poder. Não é novidade que com a chegada do mundo contemporâneo, a diplomacia tem novos desafios para enfrentar, como o terrorismo, o armamento nuclear e a globalização. Apesar de todas estas mudanças, os pontos-chave da diplomacia permanecem relevantes. Todavia é necessária uma visão estratégica, ter a capacidade de dialogar e procurar um equilíbrio de poder mantém-se como pilares indispensáveis da diplomacia atual (Kissinger, 1995).

No contexto atual, os diplomatas são pessoas de grande importância, pois são estes que no mundo contemporâneo atuam como negociadores dos Estados, com objetivos de defender os interesses e transparecer as suas opiniões políticas aos atores internacionais.

Como uma grande gama de coisas atualmente, e apesar de este conceito proporcionar uma grande ajuda nas diversas áreas das relações internacionais, ela não é imune aos desafios do mundo, e enfrenta também as desigualdades económicas, os conflitos históricos e as diferenças culturais. É aqui que o papel dos diplomatas se faz sentir mais forte, pois com as suas habilidades para estabelecer confiança, encontrar objetivos em comum e tratar dos desentendimentos de forma pacífica, superam com sucesso os desafios que enfrentam pelo caminho (Freire, 2011).

Com tudo mencionado acima, fica evidente que na sociedade atual, onde tudo e todos estão interligados, a diplomacia continua a ser um instrumento essencial para enfrentar os desafios mundiais, como as pandemias, as alterações climáticas e a segurança internacional.

2.3. Diplomacia Cultural

Não existe uma definição exata para o conceito de diplomacia cultural, mas a sua maioria menciona o papel importante que esta detém na manutenção das Relações Internacionais harmoniosas e na construção de pontes entre diferentes culturas.

A diplomacia cultural é vista como um intercâmbio de ideias, cultura e informações entre os Estados para estimular um entendimento mútuo. Esta definição de diplomacia cultural sublinha a natureza bidirecional que este conceito possui, pois o objetivo não é apenas a promoção de uma única cultura, como também o desenvolvimento da compreensão e diálogo entre os diferentes Estados (Baskoro, 2020). Quando a diplomacia cultural tem um impacto positivo nos desafios enfrentados, esta auxilia na criação e manutenção de relações entre as nações ao mesmo tempo que promove a cooperação e paz internacional (Baskoro, 2020).

No contexto da Guerra Fria, onde todos queriam sair vencedores, os EUA utilizaram estrategicamente a diplomacia cultural como um instrumento estratégico para promover os seus valores e ideias na sociedade internacional. Destaca-se o cinema norte-americano, que durante aquela época começou a ganhar destaque internacional, fazendo com que o público sentisse a vontade de experienciar e conhecer a cultura retratada naquele mundo cinematográfico (Clarke, 2020).

A queda do Muro de Berlim em 1989 veio acompanhada com o fim da Guerra Fria, e foi após estes dois acontecimentos que a globalização intensificou e generalizou como fenómeno social que teve início na década de 70 com os processos iniciais de deslocalização do trabalho e da produção para zonas periféricas e semi-periféricas do globo. Apesar de ter evoluído em diversas áreas, a globalização cultural foi uma das mais crescentes da época. Ela converteu-se num componente essencial na promoção das relações internacionais. Isto deu-se sobretudo aos avanços tecnológicos, em especial ao advento da chamada *World Wide Web* (www), ou seja, da internet, que forneceu às audiências internacionais o consumo mais rápido de músicas, cinema, moda e literatura estrangeira. A cultura continuou a ser utilizada como um instrumento diplomático na promoção e desenvolvimento das relações entre os Estados (Clarke, 2020).

Mas nem só de promoção e diálogo é feita a diplomacia cultural, as políticas e eventos organizados pelos Governos para propagar a história, cultura e identidade com países estrangeiros é um método de qualidade que serve o seu propósito. Estes eventos englobam artistas musicais, intercâmbios de cultura e a fundação de instituições culturais num país estrangeiro (Putri, 2022). Podemos dizer que a diplomacia cultural é tida em conta como uma ferramenta de *soft power*, uma vez que procura influenciar perceções e opiniões de pessoas na esfera internacional utilizando apenas a atração e o desejo pelo conhecimento cultural distinto (Nye, 2004).

Joseph Nye é um dos autores que mais contribuiu para o estudo das relações de poder e como estas conseguem de certa forma transformar o comportamento dos Estados, sendo assim considerado como o “pai das relações de poder”. Apesar de Nye afirmar que o poder é ainda um conceito aberto a diversas interpretações, existe um consenso de que o poder é a detenção da habilidade para induzir determinado indivíduo a seguir o caminho pretendido para que se consiga alcançar o objetivo desejado (Nye, 2004). Contudo, esta pequena definição de poder parecia pouco para Nye que decidiu então fazer uma análise do poder internacional através de dois modelos de poder, o *soft power* e o *hard power* (Nye, 2004).

O *hard power*, constantemente associado a teorias realistas, é utilizado pelos Estados como forma de exercerem a sua influência, através do poder militar ou da coação. É inegável que os Estados cujas capacidades materiais permitem utilizar esta forma de poder para exercer a sua influência, sendo que num contexto de pós-guerra da segunda

metade do século XX, época onde o poder militar liderava a conjuntura internacional, esta visão da política e das relações de poder foi proeminente, sendo necessário explorar os recursos do país para que sejam utilizados como um impulsionador da dominância sobre determinado Estado, que é obrigado a executar as tarefas que lhe são impostas com receio das repercussões que uma recusa poderá causar (Nye, 2004).

Contudo, em termos de cooperação, de triunfo do Liberalismo com o fim da Guerra Fria e o estabelecimento de uma ordem internacional unipolar e de consequente redução da ameaça militar, o *hard power* veio a tornar-se cada vez menos central, devido sobretudo ao grande crescimento da diplomacia que auxiliou no decréscimo dos conflitos armados, bem como das ameaças que começaram a perder o efeito anterior, o que levou os Estados a adotarem novas formas de atingirem os interesses nacionais, procurando ajuda na ideia de *soft power* (Nye, 2004).

O modelo de poder *soft power* é, frequentemente associado a teorias construtivistas devido à proeminência da importância de significados, normas e práticas sociais para a construção das relações e interações entre Estados, assim como interesses. Tem na sua formação a propagação cultural e concepções para que os Estados sintam vontade de adquirirem certas atitudes e comportamentos idênticos entre si, o que facilita a cooperação entre todos (Nye, 2004). Dos modelos de poder, o *hard power* considera a questão estrutural/materialista como central para se definir as relações, conforme explicado na seção anterior sobre a política externa. O *soft power* já se aproxima de dimensões subjetivas considerando que as relações entre Estados transcendem os aspetos materiais e incluem dimensões simbólicas, de representações, de interações, que também informam o interesse dos Estados em cooperarem e estabelecerem relações bilaterais ou multilaterais. No mundo contemporâneo este é o modelo de poder mais utilizado, sendo um dos melhores exemplos a Coreia do Sul que através da nova política intitulada “*Hallyu*” ou “*Korean Wave*” introduz cada vez mais investimentos na área cultural para que alcancem o maior número de países possíveis (Kim Bok-Rae, 2015). O país asiático utiliza a diplomacia cultural de forma perspicaz no contexto mundial, o que ajuda a promover a sua imagem na comunidade internacional, no fortalecimento de cooperações e desperta o interesse das pessoas sobre a enriquecida cultura que o país possui (Putri, 2022).

Estas dimensões foram observadas e exploradas num trabalho de campo desenvolvido entre janeiro e abril de 2024, no contexto de um estágio na Embaixada de Portugal em Seul, na Coreia do Sul. A noção da importância da diplomacia cultural como instrumento de política externa e de construção de relações bilaterais entre os dois Estados ficou evidente nesta experiência, que será relatada nos próximos capítulos.

3. A Política Externa Portuguesa desde a democratização: três eixos centrais e o olhar para a Ásia

Antes do dia 24 de abril de 1974, Portugal era um país com uma política multilateral apesar do regime autoritário que existia naquela época, o Estado Novo que reinou durante mais de 40 anos. Nas alianças ocidentais Portugal teve um importante papel, juntou-se à NATO em 1949 e em 1955 à ONU. A decisão de fazer parte da NATO proporcionou coisas positivas para Portugal, em destaque a batalha contra o comunismo na situação da Guerra Fria o que fortaleceu Portugal na Península Ibérica (Freire, 2022).

No regime ditatorial, a política externa portuguesa tinha como um dos seus principais objetivos as colónias africanas. Contudo, no início dos anos 70, as colónias passaram de um recurso financeiro essencial para um dispensável, pois já não geravam financiamento suficiente. Mas Portugal decidiu manter as colónias o que causou o isolamento do resto do mundo (Freire, 2022).

O ano de 1974 ficou marcado na história portuguesa, a política externa atravessou várias alterações. Foi a partir daqui que Portugal deixou de ter uma incorporação ultramarina e ficou mais integrado na União Europeia da qual passou a ser pertencer oficialmente em 1986 (Freire, 2022).

Com as alterações que o regime sofreu, foi possível para Portugal ter um maior envolvimento com as instituições europeias e conseqüentemente um maior poder de fala, e os benefícios económicos, de desenvolvimento e internacionais são indiscutíveis.

Para começar podemos falar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que possuiu até hoje um papel importante na política externa portuguesa, pois é através dela que se mantém uma boa cooperação com os países lusófonos. No que diz respeito às relações de Portugal com o resto do mundo, também estas foram fortalecidas e novos parceiros internacionais começaram a surgir o que fez de Portugal um país com diversas relações diplomáticas. O estabelecimento das relações com as antigas colónias foram mais demoradas, mas eventualmente as trocas comerciais aumentaram e a cooperação possibilitou o discurso de responsabilidade para com antigas colónias (Freire, 2022).

É notável que nos últimos anos a internacionalização de Portugal tem vindo a crescer cada vez mais, um dos grandes fatores que impulsiona este crescimento internacional são as exportações que em 2005 eram equivalentes a 27% do PIB e 12 anos mais tarde já representam 43% do PIB nacional. Mas este não foi o único grande factor,

nos últimos anos tem-se notado uma maior aparição de Portugal nas organizações internacionais, devido ao seu investimento no multilateralismo o que coloca o país numa posição de destaque à escala global. Ao longo de mais de 30 anos, Portugal foi eleito três vezes para integrar o conselho de segurança das Nações Unidas, outra participação importante foi a atribuição do cargo de secretário-geral das Nações Unidas a António Guterres desde 2017 e mantém-se neste cargo até hoje. Atualmente e apesar de todos os desafios encontrados, Portugal tem uma política externa bastante estável, dentro dela a sua prioridade são as relações com a Europa onde Portugal se localiza (Freire, 2022).

A sua posição estratégica para com o mar proporciona muitos benefícios ao país. Concluindo, fica evidente que a política externa portuguesa é baseada no compromisso, equilíbrio e apoio guiado por uma harmonia de mutualidade, igualmente é um país que acredita na paz, na segurança e no compromisso dos direitos humanos. Apesar da sua dimensão Portugal faz parte de quase todas as organizações internacionais o que ajuda na cooperação com os Estados. Esta imagem de Portugal fez com que o país seja cada vez mais respeitado e tenha um maior poder de opinião na comunidade internacional (Freire, 2022).

De acordo com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), por ser um país favorecido pelo oceano, a grande maioria da história da política externa portuguesa oscilou entre as tensões continentais e as oportunidades oferecidas pelo mar. Por na sua maioria Portugal se aproximar mais do oceano, isto causou ciclos de proximidade e afastamento nas relações com a Europa, alianças estratégicas para conseguir combater a influência de Espanha e descobrir novas terras para proteger e aumentar a soberania nacional (MNE, 2018)². Contudo, para compreendermos a política externa portuguesa é necessário voltar ao período de transição que se sucedeu após a Revolução dos Cravos, focando-se nas mudanças do Governo socialista liderado pelo Partido Socialista (PS) que chegou ao poder em 1976, assinalando o início da terceira república portuguesa (MNE, 2018).

Durante o regime do Estado Novo, liderado por António de Oliveira Salazar seguido de Marcelo Caetano, Portugal continuou a sustentar a sua forte política colonial, em especial com as colónias africanas. Quando a 25 de abril de 1974 acontece a Revolução dos Cravos que derrubou o regime autoritário, inicia-se uma rápida

² MNE (2018), “A Política Externa Portuguesa”, <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/politica-externa> [3 de Julho de 2024].

descolonização ao mesmo tempo que se reorganiza a política externa de Portugal. A independência das colónias, em conjunto com a retirada do exército português, marcou o fim de uma era e o início de novas prioridades diplomáticas. Com esta drástica mudança, a que mais se evidenciou foi a transição da política externa portuguesa, que deixou o seu antigo foco nas colónias africanas e voltou-se para a Europa (MNE, 2018).

O estudo analisa as diretrizes da política externa do Partido Socialista, que detinham a integração europeia, a melhoria das relações com os novos países africanos independentes e a procura por uma identidade internacional que refletisse os valores democráticos recém-adotados por Portugal. Para ajudar na constituição desta identidade, a união à Comunidade Económica Europeia (CEE) passou a ser uma prioridade. Mas Portugal não ficou por aqui, pois, também procurava a estabilização da democracia e a modernização das suas estruturas políticas e económicas. Por outro lado, e apesar das relações com as ex-colónias africanas serem difíceis devido ao regime de colonialismo que Portugal exerceu sobre África, o Governo do PS não poupou nos esforços para estabelecer relações diplomáticas e de cooperação com os Estados do continente africano, o que compreendeu acordos bilaterais e o fornecimento de apoio ao desenvolvimento destes países (MNE, 2018). Na sociedade internacional, Portugal também procurou redefinir o seu papel através de diversas organizações, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e diferentes organizações multilaterais. Fica evidente que a nova política externa portuguesa se focava nos direitos humanos, na paz e na cooperação internacional, o que refletia os valores democráticos que Portugal estava a propagar a nível doméstico. O autor acrescenta que os esforços do Governo português pós-colonial foram significativos para reposicionar Portugal no espaço internacional (MNE, 2018).

Quando após o ano de 1974 a democracia em Portugal estabilizou, a política externa portuguesa passou a assentar em três vetores tradicionais: a União Europeia, o Eixo Euro-Atlântico que está inserido na NATO e a CPLP que faz parte do espaço pós-colonial português (MNE, 2018). Considerando o caso das relações entre Portugal e Coreia do Sul, como vamos ver no próximo capítulo, esta dimensão de aproximação do espaço pós-colonial e de inserção no contexto europeu é uma das explicações possíveis para o estabelecimento tardio de laços de cooperação mais relevantes entre os dois países. Mais ainda, a constituição de relações entre os dois países a partir da década de sessenta é, também, assente numa dimensão predominantemente de diplomacia cultural, o que também se explica pelo contexto geopolítico vigente até meados da década de oitenta em que a Guerra Fria ditava uma necessidade de inserção multilateral pautada por questões

de ordem do alinhamento político-ideológico com uma das duas grandes potências do sistema bipolar.

Portugal sempre foi favorecido pela sua posição no mundo devido à sua proximidade com o oceano. A política externa sempre esteve ligada à sua história, geografia e posição estratégica. Quando o regime ditatorial terminou, a política externa portuguesa passou por mudanças, iniciando um compromisso com a Europa, uma estratégia proporcionada pelo Atlântico e atingindo um alcance internacional devido à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Desde 1986, ano em que se tornou um membro oficial das Comunidades Europeias, Portugal tornou-se até hoje um efervescente defensor do projeto europeu, vendo na União Europeia a esperança para garantir a paz e a prosperidade. O compromisso de Portugal com a União Europeia ajuda também a auxiliar na valorização das comunidades portuguesas no estrangeiro ao mesmo tempo que defende fervorosamente o multilateralismo (MNE, 2018). Para além dos benefícios económicos que esta ligação à Europa trouxe, a modernização e o desenvolvimento do país foram ainda mais profundos, e apesar da crise que se fez sentir em 2008 e da União Europeia mais frágil que toma lugar atualmente, devido aos novos desafios que enfrenta atualmente, Portugal continua a acreditar firmemente nela, através da procura de soluções que reforcem a união e a capacidade de resposta da União Europeia (MNE, 2018).

Apesar de Portugal ver a União Europeia como um eixo importante para a sua política externa, o Eixo-Atlântico não fica atrás, pois este está fortemente conectado à segurança atribuída pela NATO. Com o Reino Unido a deixar de fazer parte da União Europeia, esta pode causar um enfraquecimento da sensibilidade atlantista da UE, o que por consequência exigirá que Portugal realize alguns ajustes na sua política externa. Atualmente, Portugal tem como desafio a manutenção da complementaridade entre os Estados Unidos da América e a União Europeia. Este esforço é visível na iniciativa do *Atlantic International Research Center* (AIR Center), pois transmitem o desejo de Portugal na valorização da sua posição estratégica no Oceano Atlântico. Com isto fica evidente que a posição geopolítica de Portugal no Atlântico, entre a América, a África e a Europa, realça a importância que um eixo estratégico de atuação possui (MNE, 2018).

O eixo atribuído à Comunidade de Países de Língua Portuguesa tem vindo, na sua história, a enfrentar desafios devido sobretudo às diferenças e dinâmicas regionais que cada membro tem, mas apesar destes desafios a língua portuguesa tem vindo a crescer, estimando-se que alcance os 500 milhões de falantes até 2100. Contudo, para Portugal a

CPLP é um caminho para viabilizar a cooperação entre os Estados que compartilhem os mesmos valores e a mesma língua. Esta viabilização manifestou-se na proposta de Portugal e Cabo Verde para agilizar a mobilidade entre os Estados membros da CPLP. Na visão de Portugal esta não é a única medida que pode ser tomada, ao contrário acredita que mais pode e deve ser feito para consolidar a cultura e a língua portuguesa no mundo, colocando em destaque o Instituto Camões que está integrado com sucesso na ação externa de Portugal (MNE, 2018).

A internacionalização de Portugal colocou-o numa posição favorável no cenário global. O país luso, com uma tradição diplomática reconhecida e expressa nas diversas posições de relevo a nível europeu e mundial que tem ocupado nos últimos anos, como a Presidência da Comissão Europeia, Secretariado-Geral da ONU e, mais recentemente, a Presidência do Conselho Europeu, acredita que o multilateralismo é uma condição indispensável para se manter a ordem internacional sustentada pelo seguimento e respeito das regras. Atualmente, Portugal faz parte da grande maioria das organizações internacionais, o que prova que o multilateralismo é uma característica importante da sua política externa, e o seu papel nas Nações Unidas destaca a sua crescente influência multilateral (MNE, 2018). Para além disto, no Estado português existem várias relações bilaterais, onde se destaca a importância das relações culturais. É válido afirmar que a política externa portuguesa com a Coreia do Sul está no âmbito bilateral, focando-se sobretudo nas relações culturais.

A política de Portugal, apesar de ter vários lados, foca-se bastante na manutenção e estabelecimento de relações bilaterais. Ao longo da história de Portugal e da investigação realizada neste relatório, o bilateralismo esteve sempre presente. Portugal detém várias relações bilaterais com diversos Estados ao redor do mundo, e a Coreia do Sul não fica atrás. Como já mencionado, estes dois países, um do ocidente e outro do oriente estabeleceram relações diplomáticas em 1961, e com o passar das décadas a relação bilateral só tem crescido cada vez mais, tornando os dois países próximos um do outro, sobretudo através da diplomacia cultural e de acordos políticos e financeiros, como iremos observar.

4. Portugal e Coreia do Sul: Origens históricas de um relacionamento bilateral

Este capítulo contextual visa o desenvolvimento da relação entre Portugal e a Coreia do Sul, partindo de uma leitura focada nos aspetos históricos e culturais que permitem compreender o interesse mútuo de relacionamento bilateral entre ambos os países na contemporaneidade. O bilateralismo é um conceito importante das relações internacionais, pois é frequentemente utilizado quando entre dois Estados existe um acordo nas mais diversas áreas. Este conceito refere-se sobretudo às relações estabelecidas entre dois Estados, sendo bastante diferente do multilateralismo que habitualmente envolve diversas organizações, nações ou indivíduos. O bilateralismo é um ponto chave nas relações de Portugal e da Coreia do Sul, permanecendo assente no conceito de diplomacia cultural (Ravenhill, 2008).

A análise aqui apresentada está dividida em três partes. Primeiramente, discute-se brevemente as raízes do interesse português pela Ásia desde o período colonial, abordando a expansão do império para zonas deste continente. De forma a proporcionar um entendimento mais completo da história, mitologia e cultura que subjazem à formação das Coreias, a segunda secção deste capítulo debruça-se igualmente sobre o passado, do tempo dos impérios à contemporaneidade. Por fim, traça-se o panorama geral das relações entre Portugal e Coreia como as conhecemos hoje.

4.1. Portugal e o interesse histórico pela Ásia

Portugal é um país que fez parte da que pode ser chamada de “primeira globalização” (Mattoso, 1997), uma altura conhecida como a época dos descobrimentos e foi com eles que se tornou um império colonial, com extensão territorial vasta e um papel de destaque na configuração de poder internacional. Com as sucessivas descolonizações e por consequência a perda da capacidade material, Portugal inevitavelmente começou a perder esta posição de hegemonia, dando espaço para que outras potências começassem a surgir para ocupar o seu lugar num mundo pós-colonial. Com o passar do tempo, Portugal tornou-se cada vez mais pequeno, não só no seu tamanho, mas sobretudo no seu poder. Portugal sempre usufruiu de uma posição vantajosa no mapa, devido principalmente à sua fronteira com o Oceano Atlântico, que vai do norte ao sul do país. Por este motivo, a política externa portuguesa sempre foi

bastante dependente do mar, visto que consegue facilmente utilizar os recursos fornecidos para trazer vantagens a Portugal. Foi através do mar que Portugal conseguiu formar alianças com países não localizados na Europa que ajudaram na luta contra a vizinha Espanha, como também na expansão do seu território além da Europa (Freire, 2022).

A expansão do império português é um dos pontos mais fortes da história portuguesa, mas antes de nos focarmos nela, é importante abordar o antigo Condado Portucalense, localizado a norte de Portugal, onde inicialmente detinha o seu centro político na cidade de Braga e, mais tarde, na cidade do Porto. Quando foi constituído, o Condado tinha como principal função defender as fronteiras de Portugal dos ataques dos soldados islâmicos, presentes na Península Ibérica. Durante o reinado de Afonso VI de Leão e Castela, que tinha muitas ideias ligadas a políticas expansionistas, acabou por presentear o Condado Portucalense a D. Henrique de Borgonha em 1096, como também um casamento com a sua filha ilegítima D. Teresa, servindo de prémio pelos seus feitos militares na luta contra os muçulmanos (Dias, 2016). Contudo, para o rei de Leão e Castela, este casamento era também uma maneira de reforçar o seu domínio do Condado Portucalense. Durante o seu reinado, D. Henrique de Borgonha lutou contra Leão e Castela pela independência do Condado, mas sem grandes mudanças. Quando em 1112, este morre, o trono passa para a sua esposa D. Teresa que ficou no poder até que o seu filho, D. Afonso Henriques, atingisse a maioridade. D. Afonso Henriques tornou-se maior de idade em 1127, ano em que assumiu o controle do Condado Portucalense (Dias, 2016).

Durante o seu governo, D. Teresa continuou a fazer com que Portugal continuasse sob o domínio de Leão e Castela, contudo, o seu filho, com ideias iguais às do pai, queria que o Condado Portucalense se tornasse independente. Assim, em 1128, na batalha de São Mamede, contra a sua mãe, D. Afonso Henriques saiu vitorioso e iniciou o caminho que anos mais tarde viria a fazer do Condado totalmente independente. Em 1179, com uma bula papal emitida pelo Papa Alexandre III, o Condado Portucalense tornou-se independente, fazendo com que D. Afonso Henriques se tornasse o primeiro rei de Portugal. A expansão do império português começou com a vitória desta luta, mas somente os descendentes do primeiro rei de Portugal é que viriam a tronar Portugal num país de imenso poder. Nos anos que se seguiram, D. Afonso Henriques lutou arduamente contra os mouros e reconquistou vários locais que até hoje fazem parte do território português. Contando os ilegítimos, D. Afonso Henriques teve sete filhos, mas seria o seu filho D. Sancho I, que reinou de 1185 a 1211, que o sucederia como rei de Portugal. D. Sancho I continuou a luta do pai para reconquistar território, em especial no Alentejo, que

era considerada uma área importante devido, sobretudo, à agricultura. Contudo, e, apesar do seu esforço, só durante o reinado de D. Afonso III, de 1248 a 1279, quando o Algarve foi conquistado é que a expansão do território português na Península Ibérica terminou. Todas estas batalhas criaram um caminho para que as fronteiras de Portugal fossem estabelecidas, sendo oficializadas em 1267, no tratado de Badajoz assinado por Portugal e Castela. A maioria das fronteiras estabelecidas neste tratado são as mesmas até hoje. O império português era finalmente independente, era agora tempo da expansão para lá das fronteiras da Península Ibérica (Mattoso, 1997).

Decorria o ano de 1415 quando Portugal conquistou Ceuta, fazendo deste momento o início da sua expansão marítima. Esta conquista trouxe muitos benefícios para Portugal, pois este desejava controlar as rotas comerciais do Mar Mediterrâneo e do Oceano Atlântico. Por esta altura, Portugal vivia no reinado do Infante D. Henrique, apelidado de “O Navegador”, e este começou a explorar a costa africana em direção a sul, com o objetivo de encontrar novas rotas comerciais, para aumentar a riqueza do reino. Nas décadas que se seguiram, Portugal continuou esta exploração, e em 1434, o navegador português Gil Eanes, conseguiu ultrapassar com sucesso o Cabo Bojador, proporcionando um caminho até ao Golfo da Guiné, onde se estabeleceu um posto comercial (Mattoso, 1997). Contudo, o contacto com os países do continente asiático só aconteceria anos mais tarde. O ano de 1488, foi outro ano marcante para a história de Portugal, pois Bartolomeu Dias conseguiu dobrar o Cabo das Tormentas, que viria a ser mais tarde renomeado, por D. João II, de Cabo da Boa Esperança. Antigamente, as crenças no sobrenatural eram maiores, por este motivo, o Cabo das Tormentas era considerado “o fim do mundo”, onde existia um monstro que matava quem se aproximasse do seu território. Na realidade o que tornava aquele um lugar difícil de navegar eram os fortes ventos e tempestades que lá existiam constantemente. Contudo, ultrapassar este desafio que era o Cabo das Tormentas, era para Portugal indispensável, pois era essencial perceber se a ligação entre o Oceano Atlântico e o Oceano Índico poderia ser feita através do mar, e por consequência desenvolver uma nova rota comercial entre a Europa e a Ásia. Somente em 1498, quando Vasco da Gama descobriu o caminho marítimo para a Índia, é que Portugal conseguiu dominar totalmente o comércio das especiarias. Aqui iniciou-se o processo da influência portuguesa nos países asiáticos (Mattoso, 1997).

O navegador Jorge Álvares foi o primeiro português a pisar em terras chinesas, em 1513, fazendo de Portugal o primeiro também neste sentido. Anos mais tarde, Portugal

e China estabeleceram relações diplomáticas e comerciais oficialmente. Mais tarde, em 1577, Portugal e Macau assinaram um acordo onde estabeleceu que Portugal administraria Macau, fazendo dele uma base comercial de Portugal na Ásia. Macau foi administrado por Portugal até 1999, ano em que foi devolvido à China (Boxer, 2018). Mas não foi apenas à China que Portugal chegou, e em 1543 alcançaram o Japão, colocando Portugal novamente no topo dos primeiros países a pisar território japonês. O comércio japonês registou um grande crescimento, devido sobretudo ao papel de intermediário que Portugal detinha no comércio entre a China e o Japão, devido à política de isolamento que existia na China naquela época. Portugal foi e continua a ser um país bastante ligado à religião, tanto que no século XVI tinha como objetivo aumentar a comunidade religiosa (Boxer, 1993). Assim, iniciou no Japão um caminho que o ajudasse a atingir este objetivo, que mais tarde viria a tornar-se num fator prejudicial para as relações entre os dois países. Com o aumento de apoiantes da religião cristã, os líderes japoneses, não vendo isto com bons olhos proibiram oficialmente, em 1639, o comércio com os portugueses e os cristãos foram brutalmente perseguidos no território japonês (Boxer, 1993).

Na época em que Portugal chegou à China e ao Japão, a Coreia vivia a Dinastia Joseon e a sociedade coreana era guiada fortemente pelo confucionismo chinês, sobretudo nas áreas da filosofia, religião e cultura. Durante esta altura e apesar de nunca terem tido qualquer tipo de contacto com um cidadão coreano, os portugueses ouviram falar deles. Este tornou-se no primeiro passo de um longo caminho a percorrer para que a Coreia conhecesse a cultura ocidental, que até então tinha pouco conhecimento do mundo para além da China e do Japão. Este período de exploração abriu caminho para a expansão do império português e consolidou Portugal como uma das primeiras grandes potências marítimas europeias, tornando-se também no primeiro passo para a futura relação entre Portugal e Coreia do Sul que será aprofundada nos próximos capítulos (Moura, 2001).

4.2. Dos tempos dos grandes impérios à contemporaneidade: a construção das Coreias

Na cultura coreana, as lendas e as crenças desempenham um papel essencial para além de serem uma das suas maiores características. Nas muitas que este povo possuiu, uma delas conta que quem “deu à luz a Coreia foi um urso” (Pacheco, 2023). De acordo com a história, em 2333 a.C., Hwanin, traduzido “Senhor do Céu”, teve um filho chamado Hwanung, que cresceu com o grande desejo de viver na terra, rodeado pela natureza verde, característica comum na península coreana. Hwanin aceitou o pedido do filho e permitiu que ele e mais três mil pessoas, fizessem da península coreana uma nova casa. Contudo o primeiro ser humano só apareceria algum tempo depois (Pacheco, 2023).

O primeiro ser humano surgiu quando um urso e um tigre atraídos pelo reino de Hwanung pediram para fazerem parte dele. Aos dois foi-lhes dado um desafio que consistia em passar cem dias numa caverna, com somente 20 dentes de alho e um ramo de artemísia, e só depois se tornariam humanos. O urso conseguiu completar a tarefa, e, transformou-se numa mulher chamada Ungnyeo. Mas sendo a única da sua espécie, ela pediu a Hwanung que se tornasse humano, e assim ele fez. Os dois apaixonaram-se e juntos tiveram um filho chamado Dangun Wanggeon, que mais tarde se viria a tornar no fundador da primeira dinastia da Coreia, Gojoseon (Pacheco, 2023).

Ao longo dos séculos, várias tribos tentaram unificar-se, e diversas lutas emergiram na península coreana, até que finalmente em 57 a.C., três reinos principais foram estabelecidos, Goguryeo, Silla e Baekje. Apesar destes reinos serem rivais, possuíam semelhanças evidentes, sobretudo por seguirem uma monarquia hereditária, onde o trono passava de pai para filho, e sistemas militares centralizados. Contudo, em 918, Wang Geon, mais tarde denominado de Rei Taejo, unificou os três reinos e estabeleceu uma nova dinastia, Goryeo, viria a sobreviver até ao ano de 1392, marcando este como o ano de grandes mudanças na sociedade política e cultural da Coreia (Pacheco, 2023).

Decorria o ano de 1388 em Goryeo, e o General Yi Seonggye tomou a decisão de usurpar o poder, tendo sido bem-sucedido em 1392. Neste ano o general fundou a Dinastia Joseon e tornou-se conhecido como Sejong, O Grande. Esta foi a dinastia de maior longevidade na história da Coreia, pois só viria a terminar em 1910. Não é absurdo pensar que ao longo destes 519 anos - duração da Dinastia Joseon - uma marca permaneça até aos dias atuais. Uma das primeiras coisas que Sejong, O Grande, alterou foi a capital do país para Hanyang, Seul moderna. Foi também o criador do alfabeto Hangul, utilizado

pelas duas Coreias até aos dias atuais. Entre conflitos internos e externos, Joseon prosperou, contudo, como a maior parte das coisas, este também teria o seu fim (Pacheco, 2023). No decorrer da história, o Japão tentou diversas vezes conquistar a Península Coreana, mas Joseon na sua maioria conseguiu defender-se destes ataques. Mas, quando em 1894-95 o Japão saiu vencedor da Primeira Guerra Sino-Japonesa, conflito entre o Japão e a Dinastia Qing da China (Paine, 2011), tornou-se na maior força dominante do nordeste asiático, e aqui iniciou-se mais uma tentativa de controlar a Península Coreana. Depois de muito lutar para defenderem a sua casa, a Coreia acabou por perder a batalha e em 1910 o Japão saiu vitorioso e fez da Coreia uma das suas colónias. Durante os 35 anos que a Coreia permaneceu uma colónia japonesa, a qualidade de vida diminuiu, e este acabou por se tornar num dos períodos “mais escuros” da história coreana. A passagem dos soldados japoneses pela Península Coreana trouxe consigo um rastro de destruição, os palácios reais na sua maioria foram destruídos, sendo reconstruídos posteriormente, a população coreana enfrentou também muitas dificuldades. As mulheres muitas vezes eram raptadas ou compradas para servirem de “objeto de prazer” para que os soldados japoneses mantivessem uma boa mentalidade e energia longe das suas casas. Os homens por sua vez, eram obrigados a realizar trabalhos pesados, onde a sua maioria era trabalho escravo. A vida dos coreanos durante o domínio colonial japonês não foi fácil, mas apesar de serem constantemente reprimidos não abalou a vontade de independência que as pessoas tinham. Assim, ao longo dos 35 anos, muitos movimentos pela independência foram surgindo, mas somente em 1945, após o Japão ter saído derrotado da Segunda Guerra Mundial, é que a Coreia alcançou a independência, há muito desejada (Pacheco, 2023).

Mas com a independência, seguiu-se uma série de conflitos internos que acabariam por dividir a Península Coreana em dois - sendo eles a Coreia do Sul e a Coreia do Norte. Esta divisão entre Norte e Sul não partiu dos coreanos, mas sim dos norte-americanos (Pacheco, 2023). Os EUA, ao saberem da intenção da União Soviética de ocupar a Península Coreana, e não querendo que esta a ocupasse totalmente, decidiram dividi-la em duas partes. A proposta foi aceite por ambas as partes, e a história de séculos da Coreia como um país unificado estava perto do fim. Nenhum dos dois tinha um particular interesse na Coreia, mas ninguém queria dar o braço a torcer com medo de que o adversário aumentasse o seu território. Ficou então decidido que os EUA e a União Soviética partilhariam uma tutela de cinco anos na Coreia. A população coreana ficou receosa, tinham acabado de conseguir a sua independência depois de 35 longos anos de

luta. A única coisa que parecia unir os coreanos era a independência dos Estados Unidos da América e da União Soviética, mas inevitavelmente as já formadas divisões internas - devido sobretudo à influência americana e soviética - fizeram com que a Coreia fosse separada (Pacheco, 2023). Apesar de várias tentativas das Nações Unidas de unificar as Coreias, em 1950 iniciou-se a “Guerra das Coreias” que viria a durar até 1953. A Coreia do Norte apoiada pela União Soviética, com armamento e munições, lançou o primeiro ataque contra a Coreia do Sul e em dois dias conseguiu alcançar a capital, Seul. O exército norte-coreano apoiado pela União Soviética sentia-se confiante para conquistar o sul e unificar novamente a península. Contudo, os planos da Coreia do Norte e da União Soviética foram interrompidos pela decisão dos EUA em intervirem na batalha, e, apoiarem a Coreia do Sul, “por perceberem a importância de travar os avanços da Coreia do Norte, devido à ameaça que uma Coreia unificada e comunista representava” (Pacheco, 2023), ainda mais no início da Guerra Fria. Com a ajuda do exército norte-americano, os soldados sul-coreanos conseguiram, em pouco tempo, reconquistar território que tinha sido dominado pela Coreia do Norte. Durante diversos momentos deste conflito, tanto a Coreia do Sul como a Coreia do Norte tiveram esperanças de vencer a guerra, mas tal não aconteceu e em 1953 a mesma chegou ao fim (Pacheco, 2023). O conflito tinha terminado, mas deixou para trás uma Península totalmente destruída, após três longos anos de guerra. Mais de um milhão e meio de civis foram mortos durante a guerra, o que na época representava 5% da população total das duas Coreias anteriormente ao conflito (Pacheco, 2023). Contudo, o maior desejo deste povo continuava a ser a prosperidade económica após longas décadas de colonização e conflitos armados, o que ninguém esperava era que o governo de Rhee falharia nesta tarefa (Pacheco, 2023).

A imagem da Coreia do Sul, atualmente, é completamente diferente daquela que existia nos anos posteriores à Guerras das Coreias, pois, por esta altura a Coreia do Sul era “mais pobre do que a África subsariana” (Pacheco, 2023). Os números oficiais indicam que o PIB per capita estava nos 67 dólares no final da guerra e que mais de 78% da população era analfabeta, a isto foi adicionado que a pouca indústria existente na Península tinha ficado maioritariamente na Coreia do Norte (Pacheco, 2023: p.53). Apesar de todos estes fatores, a sociedade estava finalmente em paz o que provocou um aumento da natalidade do país. A maior parte das famílias tinha uma preferência por filhos homens, devido sobretudo às ideias confucionistas ainda muito enraizadas na sociedade sul-coreana. Naquela época, o termo “chefe de família” era comum, sendo que devia ser

sempre um homem, e a necessidade forte da Coreia do Sul por mão de obra, para trabalhar nos campos agrícolas, foi também um fator fundamental para a preferência de filhos do sexo masculino (Pacheco, 2023).

O governo de Rhee a princípio parecia aquilo que os sul-coreanos desejavam, liberdade e paz para viverem as suas vidas tranquilamente, sem estarem constantemente rodeados de mortes e opressões, mas isto não seria assim. Rhee passou de um líder democrático para um líder autoritário, liderando o seu governo segundo os princípios utilizados na Dinastia Joseon, onde o líder era a base da autoridade moral, bem como a abordagem militarista. O princípio do seu governo era que apenas ele sabia o que era bom ou mau para a população, mantendo uma opressão e tolerância zero contra quem não era a favor das suas ideias (Pacheco, 2023). Ainda assim, foi possível realizar novas eleições em 1956, onde surgiu um oponente que parecia ter a capacidade para tirar o poder ao governo de Rhee. Chang Myon do Partido Democrático era este oponente, e muitos acreditam que talvez tivesse ganho as eleições de 1956, se não fosse pela manipulação e adulteração dos votos. Mas Chang Myon governaria a Coreia do Sul anos mais tarde. A partir deste momento, o governo liderado por Rhee tornou-se cada vez mais violento. Apesar disto, um partido esquerdista apareceu na Coreia do Sul para fazer frente ao governo de Rhee. Este foi o momento em que a divisão entre dois blocos principais apareceu na Coreia do Sul, mantendo-se até hoje (Pacheco, 2023).

No que diz respeito ao desenvolvimento económico, Rhee pouco ou quase nada fez para implementar medidas que ajudassem o crescimento a longo prazo. Devido à corrupção que era necessária para manter o poder, Rhee colocou tudo nas mãos dos Estados Unidos da América, com quem negociou grandes pacotes de ajuda. Os EUA enviaram uma ajuda financeira de 3,6 mil milhões de dólares para a Coreia do Sul e introduziram no país o armamento nuclear, com a justificativa de que ajudaria a aumentar a segurança e defesa do país. Mas Rhee, apesar de tudo, continuava a acreditar firmemente que a educação era essencial para que a Coreia pudesse ultrapassar a pobreza, mas a maior parte da população, por esta altura, era analfabeta. Este começou por impulsionar a educação primária e em 1960, e conseguiu fazer com que as inscrições chegassem perto dos 90% (Pacheco, 2023). O governo de Rhee festejou este feito, sem saber que seria isto que acabaria com a sua carreira política. A partir daqui a educação tornou-se numa das coisas mais importante para a Coreia, mantendo-se assim até aos dias de hoje. Com o aumento da alfabetização e instrução, a população, na sua maioria jovens, começou a questionar a liderança do governo Rhee, e em fevereiro de 1960, estudantes do ensino

secundário organizaram uma manifestação contra o governo autoritário de Rhee, que começou a entender que uma melhor educação poderia levar a que cada vez mais pessoas apoiassem as ideias democráticas (Pacheco, 2023). Esta manifestação alastrou-se rapidamente, e o que a início era pacífico acabou por se tornar violento, com os soldados sul-coreanos a intervirem e acabando por matar inúmeros estudantes. Estas mortes fizeram o descontentamento da população crescer e Rhee viu-se obrigada a apresentar demissão apenas dois meses após o conflito. O presidente dos Estados Unidos na época, Eisenhower, encorajou Rhee a abandonar a Coreia do Sul, mudando-se para o Havai. Rhee permaneceu em território americano até 1965, ano em que faleceu e o seu corpo foi devolvido à Coreia do Sul (Pacheco, 2023).

Após esta demissão, um novo sistema parlamentar foi estabelecido, e nele o presidente seria o chefe de estado e o primeiro-ministro o chefe do governo. Aqui começou a primeira democracia da Coreia do Sul. Chang Myon foi eleito primeiro-ministro e começou o seu mandato por terminar a perseguição aos opositores, incentivar a liberdade de expressão e diminuiu a corrupção. Só em 1961, num discurso de Ano Novo realizado no rio Han – situado na capital, Seul - é que Chang Myon anunciou o primeiro plano económico do seu governo centralizado na modernização da agricultura e no desenvolvimento de indústrias, como a têxtil, calçado e alimentar. Mas apesar de ter vários fatores positivos para dar certo, durante o governo de Chang, a economia sul-coreana continuou a sofrer com a inflação e desemprego, a taxa de criminalidade aumentou e a população cresceu descontente (Pacheco, 2023). Chang Myon acabou por ser obrigado a sair da sua posição, devido a um golpe militar organizado por Park Chung-hee, a 16 de maio de 1961. Park Chung-hee chegou ao poder e com ele a esperança dos sul-coreanos de uma melhor economia surgiu, mas tal também não aconteceu. Ao longo da história, inúmeros golpes de estado aconteceram, na sua maioria bastantes violentes, mas também aqui existiram alguns que não causaram mortes e assassinatos. Na Coreia do Sul, este golpe pacífico aconteceu a 16 de maio. Nas ruas quase não ouviram tiros, os soldados que apoiavam o golpe não permaneceram nas ruas por muito tempo e nenhum líder político foi assassinado. Os sul-coreanos amanheceram com um golpe que derrubou a democracia e anoiteceram com o início de um regime autoritário. Contudo, não se revoltaram, pois, os discursos de Park Chung-hee eram cativantes e a maioria da população que tinha ultrapassado uma democracia que não trouxe riquezas, era da opinião de que o país precisava urgentemente de mudar de direção (Pacheco, 2023).

Park consolidou o poder de maneira rápida, e num mês e meio tornou-se chefe do Conselho Supremo para a reconstrução Nacional, governo provisório que substituiu o anterior. Park criou a Agência Central de Informações Coreana (KCIA) e durante o seu governo e o próximo de Chun Doo-hwan, esta tornou-se na mais temível organização sul-coreana, sendo responsável por raptos, torturas e em alguns casos assassinatos. Os alvos eram claros, suspeitos de apoiarem o comunismo, a Coreia do Norte ou simplesmente opositores do governo. Esta só terminou em 1988, quando a Coreia do Sul se tornou num país democrático. Park implementou várias ideias para melhorar a economia, como investir na indústria têxtil, perdoar as dívidas de camponeses pobres, fornecer apoios às pequenas e médias empresas e prender os “criminosos” que tinham apoiado Rhee. Mas para uma população que tinha vivenciado o que era a liberdade, tornou-se difícil aceitar o governo autoritário de Park, sobretudo para os estudantes. A população cresceu cada vez mais receosa contra Park, e muitos mostravam sinais de arrependimento pelo apoio inicial que lhe forneceram, devido em grande parte ao não crescimento da economia e ao facto de não poderem eleger o seu líder. Mas um factor decisivo para o aumento da oposição por parte da população ao governo de Park, foi a sua decisão de retomar as relações diplomáticas com o Japão, país que tinha deixado graves cicatrizes na Coreia, que meros 20 anos não tinham ainda conseguido curar. Contudo, o governo de Park permaneceria no poder até 1979, ano em que foi assassinado. Mas para muitos, este final era previsível, pois nos meses anteriores à sua morte, a oposição contra Park cresceu exponencialmente, com constantes ameaças a serem feitas (Pacheco, 2023).

Quem assumiu o poder após Park, foi Chun Doo-hwan, talvez uma das figuras mais odiadas pelos coreanos. Apesar da morte de Park ter sido um choque, com ela veio a expectativa de uma democracia, algo que os sul-coreanos ansiavam desesperadamente. Mas Chun tinha outros planos, simplificando ele queria substituir o autoritarismo de Park pela sua ditadura. Este plano foi atingido em apenas dez meses, quando se tornou no presidente da Coreia do Sul, recorrendo ao plano favorito de ditadores, organizar eleições que possam ser manipuladas a seu favor, mantendo-se no poder durante sete anos. No sentido da economia, Chun conseguiu fazê-la crescer. Durante o governo de Park, este conseguiu melhorar a economia sul-coreana através da exportação de produtos de baixo custo, como sapatos, brinquedos e camisas, mas a Coreia não podia continuar a seguir este plano, pois outros países forneciam mão de obra mais barata. Chun decidiu continuar com a política de exportação do seu antecessor, mas de maneira diferente, investindo na exportação de produtos manufacturados, como automóveis, navios e produtos

siderúrgicos. A economia cresceu significativamente durante o governo de Chun, consolidando a Coreia do Sul uma economia emergente da Ásia, contudo, este crescimento aconteceu ao mesmo tempo que um regime autoritário governava a Coreia do Sul, limitando a liberdade da população, que cresceu descontente (Pacheco, 2023). Com a crescente onda de oposição por parte da população, em 1987, Chun Doo-hwan autorizou a organização de eleições, de onde saiu vitorioso Roh Tae-woo, marcando aqui o início da transição da Coreia do Sul para uma democracia. Apesar das controvérsias ao seu redor, devido ao seu passado militar e escândalos de corrupção, durante o governo de Roh proporcionou avanços significativos na política interna como na política externa da Coreia do Sul. Nas próximas décadas, a Coreia do Sul vivenciou várias alterações a nível político, contudo o primórdio que se antecedeu ao que esta se viria a tornar atualmente, aconteceu no ano de 1990, através principalmente da cultura (Pacheco, 2023).

Hallyu, traduzido literalmente significa onda coreana - termo criado pela comunicação social chinesa para descrever a exportação em massa da cultura sul-coreana e mais tarde adotada pela própria Coreia do Sul - é até hoje um choque para os sul-coreanos, pois ninguém imaginava o que esta iria proporcionar ao país. No final da década de 90, a cultura sul-coreana começou a internacionalizar-se para países como a China, Japão e Taiwan, onde os costumes e hábitos sul-coreanos começaram a ganhar popularidade. A popularidade da cultura coreana começou com os dramas e filmes cativantes que os realizados sul-coreanos produziam, mas rapidamente se estendeu ao k-pop - gênero musical da Coreia do Sul - e em 2000 a primeira banda sul-coreana conseguiu esgotar um concerto no estrangeiro, em Pequim. Com o crescente interesse pela cultura coreana por parte do estrangeiro, o governo viu aqui a oportunidade para impulsionar a economia nacional e aumentou os apoios ao Ministério da Cultura que com o apoio de várias entidades e indivíduos criou a força esmagadora que conhecemos hoje. É verdade que a exportação da cultura sul-coreana começou na Ásia, mas rapidamente evoluiu para a Europa, América Latina e América do Norte com o k-pop a ser o impulsionador deste acontecimento (Pacheco, 2023).

O governo de Lee Myung-bak acreditava que a Coreia do Sul tinha de dominar o mundo através da cultura (Yun, 2012). E efetivamente dominou. O G20 - fórum desenvolvido para solucionar os desequilíbrios económicos globais - do qual a Coreia do Sul era um membro e fundador - realizou em Seul, em 2010, tornando-se na primeira vez que este é realizado na Ásia (Ministry of Foreign Affairs, & Republic of Korea, 2010). Já

não é perigoso dizer que a Coreia do Sul só vai crescer nas décadas que se seguem, pois nunca tinha sido tão conhecida e admirada como atualmente é.

Existe uma zona comercial chamada Myeong-dong onde o que mais se vê e ouve são turistas de diferentes nacionalidades, quando se visita o Palácio Gyeongbokgung centenas de pessoas estão vestidas com roupas tradicionais da Coreia do Sul, em particular o *hanbok*. Samsung, Hyundai, LG, a banda BTS, o filme *Parasitas* vencedor do Óscar, estes são nomes que de certeza já se ouviram na comunicação social, mesmo que não se seja um consumidor frequente de conteúdo sul-coreano. É importante mencionar que para além de possuir um lugar no G20, a Coreia do Sul foi convidada, em 2021, a participar da Cimeira do G7 – reunião realizada anualmente entre as sete maiores economias do mundo, de onde a União Europeia também faz parte (Yonhap, 2021).

Com isto fica evidente que a Coreia do Sul tem um futuro brilhante pela frente, pois não tem medo do futuro, ela chegou e vai permanecer no *spotlight* por muito tempo.

4.3. A Construção das Relações Portugal-Coreia

Os portugueses foram os primeiros a expandir o seu comércio e território, e consequentemente também foram os primeiros a ter verdadeiro poder no Oriente. A frota portuguesa liderada por Vasco da Gama chegou à Índia em 1498 e depois a sua expansão no continente asiático só aumentou. Em 1514 chegaram à China, em 1543 ao Japão e em 1557 a Macau. Portugal apresentou a geografia e cultura oriental ao Ocidente durante o século XVI, contudo por esta época Portugal ainda não teria qualquer contacto com a Coreia, estando apenas conscientes da sua existência (Moura, 2001).

Os portugueses foram os primeiros europeus a visitar a Coreia e a apresentar a sua história e cultura ao Ocidente. Portugal foi primeiramente conhecido na Coreia como *Bullanggi* - termo retirado do chinês para portugueses - quando em 1520 o intérprete coreano Yi Sok regressou da sua visita oficial à China e mencionou no seu relatório os *Bullanggi*. Esta foi a primeira vez que um coreano em toda a história universal viu um ocidental e mencionou-o num relatório oficial ao rei coreano, apesar de ter sido em território chinês (Moura, 2001). O rei ficou curioso e fez várias perguntas aos seus enviados, que responderam que após o seu breve contacto os acharam pessoas civilizadas e de mentes abertas, as roupas eram feitas de penas de ganso, eram redondas com fundos largos e vestidos através da cabeça sem partes para amarrar. Quando questionados sobre os seus costumes, os *Bullanggi* responderam que todos, até mesmo o seu líder tinha apenas uma mulher durante a sua vida e quando esta morresse este não casaria novamente.

Por último, o rei da Coreia perguntou de que forma é que os portugueses tinham chegado à China, e foi-lhe respondido que através do mar. As primeiras pessoas a fazer registos sobre a Coreia foram padres jesuítas portugueses, em especial Luís de Fróis que escreveu dez capítulos sobre a história coreana no seu livro (Fróis, 1983), tornando-os especialmente importantes por serem o primeiro material sobre a Coreia escrito por um autor ocidental. Um documento anónimo escrito também por um padre jesuíta, menciona que os portugueses viram na Coreia um país com uma atmosfera maravilhosa (Moura, 2001). Para além da religião cristã que adquiriu bastantes seguidores na Coreia, Portugal introduziu muitas outras coisas na Península Coreana. Sendo eles a astronomia, o telescópio, armas, mapas do restante mundo. A comida era um fator importante naquela época por demorar a ser produzida em grande quantidade por ainda não existirem as grandes fábricas de produção atuais, e assim o pão (*ppang*), o tabaco (*tabacco*) foram palavras trazidas pelos portugueses. Uma das especiarias mais famosas na Coreia até hoje é a pimenta vermelha, que chegou à Coreia através da linha de comércio que Portugal tinha com o Brasil. A pimenta vermelha é essencial para produzir um dos pratos mais consumidos pelos coreanos até hoje, kimchi, prato feito com base em legumes que são fermentados durante vários dias. Outras especiarias valiosas como a pimenta preta foram também introduzidas na Coreia pelos mercadores portugueses (Moura, 2001). Existem diversos textos que mencionam a Coreia e Portugal entre si, um em particular de um homem chamado Tomé Pires, que chegou à Índia em 1511, refere inúmeras terras e costumes da ásia, mencionando um local perto da China ao qual chama de “*Guores*” entendido pelos historiadores como sendo possivelmente a Coreia (Cortesão, 2010). Em 1568 o cartógrafo português, Fernão Vaz Dourado, desenhou um mapa onde representava o Japão e a Coreia. Existem também registos de que soldados portugueses tenham sido incorporados no exército coreano durante a guerra do Imjin. Estes foram os primeiros contactos entre portugueses e coreanos, que mais tarde contribuiram para o estabelecimento de relações políticas oficiais (Moura, 2001). De acordo com o documento coreano *Tungnok Yucho* - um diário oficial da defesa militar coreana - menciona o nome do mercador português João Mendes, tornando-se no primeiro europeu a pisar território coreano, em 1604, onde foi capturado e preso durante quatro meses. O documento encontrado na Livraria da Universidade Nacional de Seul, em 1987, descreve que João Mendes foi preso por violar a fronteira marítima da Coreia e posteriormente interrogado pelos soldados de Joseon através de um intérprete japonês. Ele explicou aos soldados que era um mercador português de 34 anos, que tinha deixado Portugal 15 anos

antes para se aventurar no comércio de Macau, referiu também que o seu país era notório pela produção de jóias e seda e pelas grandes quantidades de produtos de ouro e prata. Após quatro meses de prisão, João Mendes foi enviado para a China, e não se encontraram até hoje mais documentos ou indícios que expliquem o que lhe aconteceu quando chegou a território chinês. Para além deste, diversos outros documentos e textos são de conhecimento público. Em 1614, o autor Fernão Mendes Pinto, na sua obra “The Peregrination” descreve as suas aventuras por terras asiáticas, e em particular conta que na sua visita às tumbas reais na China, conheceu pessoas de pele clara, de altura média, com olhos pequenos e muito parecidos com os chineses, mas possuíam uma língua e roupas diferentes, que os investigadores acreditam serem coreanos (Moura, 2001).

Após a decadência do império português, o contato entre portugueses e coreanos nas próximas décadas foi quase ou se não mesmo nulo. Apenas no período mais tardio da Dinastia Joseon é que se encontram alguns documentos que mencionam Portugal, mas nada muito particular. A estagnação de relações entre estes dois países deveu-se talvez à distância que existia na altura, que atualmente pode ser encurtada com as novas tecnologias. Na época, estas relações eram essencialmente baseadas na troca de culturas, em especial o catolicismo, a ciência, a geografia, os mapas e até comida, em vez de política e economia, coisa recorrente nos outros países. E após vários séculos de estagnação, em 1961, Portugal e Coreia do Sul estabeleceram relações diplomáticas oficiais. Contudo, durante as décadas de 70 e 80, as relações entre os dois eram limitadas, devido aos conflitos internos que cada um enfrentava nacionalmente. Durante este período as relações entre Portugal e Coreia do Sul eram estritamente diplomáticas, sem qualquer troca comercial ou cultural. Com a democratização dos dois países, na década de 90 estas relações apresentam sinais de fortalecimento, tanto que em 1991, um acordo cultural foi assinado entre as duas nações (임정요, 2016). Durante esta década várias coisas aconteceram que aproximaram bastante os dois Estados. Em junho de 1997, realizou-se na Coreia uma exposição intitulada de “Portugal and the Open Door Policy of the World”, em novembro do mesmo ano o Museu central da Universidade de Kyung-hee organizou um seminário sobre as “Relações entre Portugal e o Leste Asiático”, para o qual foi convidado o Embaixador português da época, Fernando Ramos Machado. Aqui os dois países começaram a seguir caminhos mais culturais, em comparação com os primórdios desta relação. Atualmente as relações entre os dois baseia-se essencialmente no ramo cultural e comercial (Moura, 2001).

5. Diplomacia cultural e Relações Bilaterais: lições do estágio na Embaixada Portuguesa na Coreia do Sul

Este capítulo discute em primeira pessoa a experiência do estágio realizado na Embaixada Portuguesa na Coreia do Sul e a sua importância, na perspectiva da observação participativa que tive a oportunidade de realizar, para a percepção da centralidade da diplomacia cultural na relação entre ambos os países.

Primeiramente, far-se-á uma caracterização da instituição na qual o estágio foi desenvolvido, sua dimensão e funções principais. De seguida, relato algumas das atividades que realizei durante este período e sua importância para a análise aqui desenvolvida. Na segunda secção deste capítulo, explico como que as atividades observadas contribuíram para a percepção de que a relação entre Portugal e a Coreia é baseada sobretudo no conceito de diplomacia cultural e na ideia de *soft power* que foi desenvolvida neste relatório, sendo estes os motores principais da política externa portuguesa neste caso, seguindo uma tradição histórica, tal qual abordada no capítulo anterior.

5.1 Caracterização do Estágio e Atividades Realizadas

Realizei um estágio na Embaixada de Portugal em Seul, na Coreia do Sul, de 15 de janeiro a 15 de abril, com uma carga horária de 7 horas diárias. Este estágio foi conseguido através de uma candidatura e entrevista realizadas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) e pela Embaixada portuguesa na Coreia.

A Embaixada de Portugal em Seul tem um número reduzido de funcionários, sendo apenas constituída por seis funcionários. Esta presta diversos serviços e é bastante requisitada pelos cidadãos portugueses e coreanos igualmente para a resolução de problemas relacionados com o trabalho tanto da Embaixada como do consulado. A Embaixada disponibiliza diversos serviços que auxiliam os cidadãos que estão deslocados na Coreia do Sul. A Secção Consular emite passaportes e cartões de cidadão para a população portuguesa, processa os pedidos de visto para os cidadãos sul-coreanos que desejam visitar ou residir em Portugal. Esta Secção regista também nascimentos, casamentos e óbitos de cidadãos portugueses que residem na Coreia do Sul, este processo permite que estes estejam devidamente registados e reconhecidos legalmente em

Portugal. Nesta Secção também se legaliza documentos emitidos no exterior para que sejam reconhecidos legalmente na Coreia do Sul, para além disto também são oferecidos serviços de notariado como a certificação de documentos, reconhecimento de assinaturas e outros atos notariais. Contudo, existe outro ramo excepcional nesta Secção sendo esta para emergências, que fornece assistência a cidadãos portugueses que enfrentam dificuldades inesperadas, sendo elas financeiras, médicas ou legais.

Para além da Secção Consular, existem também os interesses diplomáticos da Embaixada, que na sua finalidade representam os interesses de Portugal e da comunidade portuguesa na Coreia do Sul. Durante os quase quatro meses em que estagiei fiz parte do processo de dois acordos em negociação para serem finalizados, nomeadamente dois tidos como os mais importantes, podendo apenas mencionar um deles devido ao sigilo que acordei manter. Este acordo nada mais é que o estabelecimento de um voo direto semanal entre Lisboa e Seul, através da companhia aérea Korean Air. O primeiro voo teve início em setembro. Para além destes acordos que beneficiam os cidadãos portugueses que residem na Coreia do Sul como a população portuguesa em Portugal, a Embaixada também é responsável por conduzir as negociações diplomáticas em nome de Portugal, como as questões comerciais, tratados trilaterais, questões de segurança e de cooperação. Nas áreas da cultura e educação a Embaixada em conjunto com o Instituto Camões organiza diversos eventos culturais. Durante o meu período de estágio pude vivenciar alguns dos eventos organizados durante o ano. Por último, a Embaixada é responsável por recolher e analisar informações sobre a Coreia do Sul e fornecer relatórios e análises ao Governo português nas questões relacionadas à política, económicas, sociais e de segurança relevantes.

Durante o estágio pude verificar que, apesar de Portugal e a Coreia do Sul estarem ligadas em diversas áreas, as da cultura e comércio são as de maior ligação entre os dois países. Além disso, em Seul também existe uma sede da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), que tem como objetivo promover a internacionalização da economia portuguesa no exterior, com foco na exportação de produtos regionais tradicionais, contribuindo para o impacto da proximidade cultural num contexto de trocas comerciais que não são de grande relevância ao nível das economias

de ambos os países. A maior parte das interações entre a Embaixada e a Coreia do Sul são de carácter cultural através da realização de eventos como exposições de filmes portugueses, palestras que dão a conhecer a cultura portuguesa aos jovens sul-coreanos, celebrações de datas importantes na história de Portugal, como o 25 de abril ou o 10 de junho. Quanto ao nível comercial, a maior parte dos acordos são realizados através de acordos que na sua finalidade são para investir em Portugal, um dos últimos realizados foi entre a AICEP e o grupo multinacional sul-coreano SK hynix com vista ao desenvolvimento de um projeto de investimento significativo na área dos semicondutores, os restantes acordos são quase todos desta natureza.

Apesar de estes dois departamentos serem importantes para a boa funcionalidade da Embaixada, existe ainda outra mencionada acima que é igualmente importante e da qual em parte eu estava encarregue (apesar de ter passado por todos os setores). A Embaixada tem de relatar diariamente ao Governo de Portugal a situação relativa às questões políticas, económicas, sociais e de segurança. Contudo, a Península Coreana possui um diferencial que outros não possuem, devido a intervenções externas, mencionadas acima, a península acabou por ser dividida em duas partes, a Coreia do Norte e a Coreia do Sul, dois países completamente diferentes na cultura, política e ideias. Por este motivo e por possuir armamento nuclear e ao mesmo tempo representar uma ameaça para a comunidade internacional, Portugal tem aqui um interesse de manter uma monitorização da Coreia do Norte, e esta era na sua maioria a minha função, recolher e analisar as informações recolhidas que teriam interesse para Portugal sobre a Coreia do Norte. Durante o tempo em que estive na Embaixada a situação na Península Coreana estava bastante tensa, pois as provocações norte-coreanas começaram a escalar desde finais de 2023. Contudo observei uma sociedade calma e sem pânico no meio de tantas ameaças e provocações feita pelo líder norte-coreano Kim Jong-un. Para além disto, realizei trabalho consular ao longo de todo o estágio, sendo a única coisa a faltar a elaboração de traduções para a língua coreana e a autenticação de documentos, por não ter a devida autorização.

A diplomacia cultural tem desempenhado um papel fundamental no fortalecimento das relações entre Portugal e a Coreia do Sul, proporcionando uma

plataforma para o intercâmbio de ideias, valores e expressões culturais entre os dois países. Esta forma de diplomacia não só promove o entendimento mútuo, mas também contribui para o desenvolvimento de relações mais profundas e duradouras. Um exemplo notável do impacto da diplomacia cultural é a crescente popularidade da cultura portuguesa na Coreia do Sul. O cinema português tem sido exibido em festivais de cinemas sul-coreanos, introduzindo o público coreano a uma nova perspectiva cinematográfica. A Embaixada de Portugal em Seul desempenha também um importante papel neste processo, pois atua como uma ponte cultural entre os dois países. Através da organização e promoção dos eventos culturais, a Embaixada cria oportunidades para o diálogo intercultural e a colaboração entre artistas, académicos e instituições culturais. Além disso, a Embaixada fornece suporte e assistência a artistas e profissionais culturais que desejam promover a sua arte na Coreia do Sul, facilitando o intercâmbio cultural e artístico entre os dois países. Além de promover a compreensão mútua, a diplomacia cultural também tem um impacto tangível no fortalecimento das relações económicas e turísticas entre Portugal e a Coreia do Sul. O interesse crescente na cultura e na arte do outro país pode estimular o turismo e o comércio bilateral, o que cria oportunidades de negócios e parcerias.

Assim, a diplomacia cultural tem sido um instrumento valioso no fortalecimento das relações entre Portugal e a Coreia do Sul, promovendo uma maior compreensão, respeito e cooperação entre os dois países. A Embaixada de Portugal em Seul desempenha um papel essencial nesse processo, trabalhando incansavelmente para incentivar o diálogo intercultural e facilitar o crescimento das relações bilaterais em todas as esferas da sociedade.

5.2. A diplomacia cultural como motor da política externa portuguesa relativamente à Coreia

Conforme este trabalho tem argumentado, contrariamente às abordagens estruturalistas e materialistas da política externa, a dimensão da diplomacia cultural e do *soft power* são igualmente aspetos essenciais a ter em conta no estabelecimento de relações bilaterais e multilaterais entre Estados como é o caso de Portugal e da Coreia do Sul. Efetivamente, a história das relações entre os dois países é recente, tendo o

estabelecimento de laços oficiais sido feito apenas em 1961 (Kim, 2022). Isto explica-se, conforme já dito, pela constituição da política externa portuguesa no contexto do pós-Guerra, durante a Guerra Fria, ter sido marcada por três eixos principais, o Euro-Atlântico, o europeu e junto à CPLP. Contudo, verifica-se um crescente dinamismo na relação entre os países que advém de um aspeto central de diplomacia cultural.

Durante o período de estágio, pude verificar a existência, e acompanhar diretamente, de diversos eventos e atividades promovidos pela Embaixada portuguesa com o intuito de promover a cultura no país, bem como de estabelecer laços importantes com tradução concreta em cooperação bilateral ao nível do comércio, por exemplo, através deste foco nas dimensões da cultura. Dentro destas atividades, alguns exemplos podem ser analisados, como, por exemplo, os eventos de comemoração do 25 de Abril. Anualmente nesta data é organizado anualmente um evento cultural, com convidados portugueses e coreanos, para não deixar em branco e celebrar esta data tão importante para Portugal. Igualmente é festejado com outro evento cultural, o 10 de junho - Dia de Portugal, de Camões e das comunidades portuguesas. Algumas destas atividades estão voltadas para a comunidade portuguesa no país, contudo, são abertas aos cidadãos coreanos que desejem comparecer. Igualmente, em Portugal há um ambiente dinâmico de aproximação com a cultura sul coreana.

Nos dias atuais, e conforme dito anteriormente, a Coreia do Sul é um dos maiores exportadores de *soft power* do mundo, e ela consegue fazer isto de uma maneira que auxilia a economia do país a faz ter uma influência maior no patamar internacional. Cada vez mais pessoas ficam “apaixonadas” pelos K-Dramas, K-Beauty, K-Pop e K-Food. Dentro destas opções atualmente os maiores exportadores são o K-Pop e o K-Drama. O k-pop, estilo de música sul coreano surgiu por volta da crise de 1997, e dentro do país fez um enorme sucesso, e apesar de já exportarem para países da Ásia, sobretudo na China e no Japão que eram os maiores consumidores deste estilo musical na época, só em 2013 é que o k-pop deu os primeiros passos para uma internacionalização, como o sucesso “Gangnam Style” do cantor Psy (Almeida, 2012). Apesar de em 2013 o K-pop ter começado a ter fãs internacionais, em particular do Ocidente, seria só anos mais tarde que a “febre” que vemos hoje por este gênero musical iria começar. Isto deve-se à banda BTS - Bangtan Sonyaden - que atualmente é o maior ato musical a sair da Coreia do Sul.

O objetivo inicial da Coreia do Sul com este investimento na área cultural, era aumentar a sua influência no contexto interno, pois com a crise que se abateu sobre este país, cada vez mais produtos estrangeiros dominavam o mercado nacional e a quantidade

e qualidade dos produtos coreanos diminuía, o que ameaçou a cultura sul-coreana. Depois de ultrapassada esta ameaça, o foco passou a ser internacionalizar a cultura sul-coreana, e os resultados estão à vista. Hoje em dia, mesmo se alguém nunca tenha ouvido uma música ou assistido a um drama coreano, é difícil já não ter ouvido falar de k-pop, visto que é um dos maiores estilos musicais da atualidade.

Isto fica evidente nas relações Portugal-Coreia que na sua maioria são assentes na diplomacia cultural. A diplomacia cultural desempenha um papel essencial no reforço das relações bilaterais entre Portugal e a Coreia do Sul, criando intermediários de entendimento e cooperação que ultrapassam os políticos e económicos. Através da promoção de intercâmbios culturais, eventos artísticos, parcerias académicas e programas de educação, a diplomacia cultural aproximou os dois países, facilitando o conhecimento mútuo das suas histórias, tradições e valores. Uma das formas mais eficazes pelas quais a diplomacia cultural contribui para a relação entre Portugal e a Coreia do Sul é a promoção do entendimento mútuo. Eventos como festivais de cinema, exposições de arte, concertos e mostras gastronómicas permitem que as sociedades de ambos os países descubram e apreciem a riqueza cultural do outro. Este processo de intercâmbio cultural não só aumenta o respeito e a empatia entre as nações, como também reduz preconceitos e estereótipos, criando uma base mais sólida para o diálogo e a cooperação. Além disso, a diplomacia cultural fortalece os laços bilaterais ao complementar a diplomacia tradicional. Iniciativas como o ensino da língua portuguesa na Coreia do Sul e do coreano em Portugal, bem como programas de intercâmbio académico, ajudam a formar novas gerações que compreendem e valorizam as culturas dos dois países. Esta formação de vínculos pessoais e académicos gera uma rede de influências que contribui para uma colaboração mais eficaz em áreas como política, economia, ciência e tecnologia. A diplomacia cultural também desempenha um papel importante na atração de turismo e investimentos. Ao promover a cultura e a história de Portugal na Coreia do Sul e vice-versa, ambos os países despertam o interesse turístico e económico, o que pode resultar em maior fluxo de visitantes e oportunidades de negócios. Esta expansão do turismo e do comércio cultural não só impulsiona as economias, como também promove uma interação mais frequente e positiva entre os cidadãos dos dois países. Um exemplo disto, foi a presença de Portugal como convidado no Festival Nambook – evento de literatura infantil – em 2021, ano em que os dois Estados celebraram 60 anos de relações diplomáticas oficiais. Na edição de 2021, para além das inúmeras atividades ligadas à literatura infantil, o festival contou com uma exposição dedicada ao azulejo português e aos ilustradores

portugueses André da Loba, Carolina Celas, Maria Imaginário e Bernardo Carvalho. Para além disto, apresentação de marionetas e músicas baseadas em histórias tradicionais portuguesas e vários momentos de degustação de culinária portuguesa (Camões, 2021).

Ainda este ano, a Presidente do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., Ana Fernandes, participou na 5ª edição da Comissão Mista Cultural Portugal-Coreia do Sul. Com esta participação várias interações aconteceram o que trouxeram benefícios para os dois países. Para além da presença do Instituto Camões, o Ministério dos Negócios Estrangeiros sul-coreano (MOFA) e a Embaixada de Portugal na Coreia do Sul também esteve presente, e aqui foi renovado o Programa Executivo de Cooperação nos domínios da cultura, ciência, educação, língua, tecnologia, desporto, juventude e comunicação social de 2024 a 2027. Por último, Ana Fernandes em conjunto com a Embaixadora de Portugal Susana Vaz Patto visitou com o Vice-Reitor da Universidade de Hankuk a principal instituição de língua portuguesa na Coreia do Sul que faz parte desta universidade (Camões, 2024).

Um exemplo mais cultural onde se verifica as fortes relações entre os dois países já perduram há anos, é o Festival Internacional de Cinema de Jeonju, que em 2012 realizou a 13ª edição, e contou com a participação de cinco realizadores portugueses, bem como a apresentação de quatro longa-metragens e duas curta-metragens de origem portuguesa (Camões, 2012).

Por fim, a diplomacia cultural fortalece a identidade e a presença global de ambos os países. Ao promover suas culturas no exterior, Portugal e Coreia do Sul aumentam sua visibilidade e influência no cenário internacional, o que pode facilitar alianças estratégicas e apoiar suas posições em fóruns globais.

6. Conclusão

Com a conclusão deste relatório fica evidente que as relações bilaterais entre Portugal e a Coreia do Sul foram moldadas de acordo com a época. O facto de as relações dos dois países centrarem-se numa compreensão mais abrangente da diplomacia que olha para as dimensões mais pequenas de “*hard power*” e foca-se em conceções como a diplomacia cultural ajuda a perceber as relações entre países como Portugal e a Coreia do Sul. Ao analisar a cooperação entre Portugal e Coreia do Sul através da diplomacia cultural, percebemos que este conceito muito ligado ao “*soft power*” facilita o entendimento mútuo e cooperação, mas deve ser também utilizado como uma ferramenta para a promoção dos interesses nacionais que vão além das dimensões materiais. Por esta razão o conceito de diplomacia cultural em termos da sua utilidade analítica e prática está presente na capacidade que esta possui de nos fazer entender casos que não seriam classicamente explicáveis pela teoria realista - centrada nos interesses materiais - porque existem dimensões simbólicas que são centrais em vários casos de interação e definem a política externa das nações, como a de Portugal e da Coreia do Sul.

Outro ponto que ficou evidente neste relatório é que Portugal foi pioneiro em diversas coisas relacionadas com a Coreia. Os registos históricos e documentos encontrados ao longo dos séculos que foram utilizados neste documento, demonstram a influência que Portugal teve na Coreia durante o período da expansão do império português. A introdução de novas palavras que perduram até hoje, a religião católica que se penetrou desde cedo nas crenças dos coreanos, a pimenta vermelha utilizada até hoje num dos pratos mais favoritos dos sul-coreanos, são provas de que Portugal deixou marcas profundas na cultura coreana. Através de uma análise histórica das relações entre Portugal e Coreia, reforçada pelas observações realizadas durante o período do estágio na Embaixada de Portugal em Seul, observa-se uma proeminência da diplomacia cultural como meio central de construção, manutenção e projeção da relação entre os dois países. Assim, este relatório traz um duplo contributo: primeiramente, pretende aprofundar conhecimentos acerca da relação entre Portugal e Coreia e, assim, permite explorar teoricamente o conceito de diplomacia cultural através de um caso empírico, sendo, também, de interesse teórico.

Com a finalização deste relatório fica evidente que Portugal e a Coreia do Sul dispõem de todas as ferramentas necessárias para melhorar ainda mais a sua relação e torná-las mais fortes e duradouras. O futuro desta relação parece brilhante e promissor.

Referências

- Almeida, I. (2012). “Gangnam Style: o mundo inteiro anda a dançar esta música no YouTube e em Seul”. Público. <https://www.publico.pt/2012/10/09/p3/noticia/gangnam-style-o-mundo-inteiro-anda-a-dancar-esta-musica-no-youtube-e-em-seul-1814763>
- Baskoro, R. M. (2020). “The truth of cultural diplomacy”. AEGIS : Journal of International Relations, 4(2). <https://doi.org/10.33021/aegis.v4i2.1350>
- Boxer, C. (2018). *O Império Marítimo Português 1415-1825*. Edições 70.
- Boxer, C. (1993). *The Christian Century in Japan, 1549-1650*. Carcanet Press.
- Cortesão, A. (2010). *The Suma Oriental of Tome Pires: Volume II: An account of the east, from the red sea to japan, written in Malacca and India in 1512-1515*. Taylor & Francis LTD.
- Camões, I. (2012). “Coreia do Sul: Filmes e realizadores no Festival Internacional de Cinema de Jeonju. Instituto Camões”. <https://www.instituto-camoes.pt/sobre/comunicacao/noticias/filmes-e-realizadores-portugueses-no-festival-de-jeonju?highlight=WyJjb3JlaWEiLCJjb3IiLCJjb3JlcyIsImNvcn8iLCJjb3JlaWFzIiwY29yXHUwMGUxIiwZG8iLCJzdWwiXQ==>
- Camões, I. (2021). “Coreia do Sul: Nambook 2021, Festival Internacional de Literatura para Crianças - Portugal País Convidado de Honra”. Instituto Camões. <https://www.instituto-camoes.pt/sobre/comunicacao/noticias/coreia-do-sul-nambook-2021-festival-internacional-de-literatura-para-criancas-portugal-pais-convidado-de-honra>
- Camões, Instituto. (2024). “Presidente do Camões, I.P. participa na 5.ª Comissão Mista Cultural Portugal – Coreia do Sul”. Instituto Camões. <https://www.instituto-camoes.pt/sobre/comunicacao/noticias/presidente-do-camoes-i-p-participa-na-5-comissao-mista-cultural-portugal-coreia-do-sul?highlight=WyJjb3JlaWEiLCJjb3IiLCJjb3JlcyIsImNvcn8iLCJjb3JlaWFzIiwY29yXHUwMGUxIiwZG8iLCJzdWwiXQ==>
- Clarke, D. (2020). “Cultural Diplomacy”. Oxford Research Encyclopedia of International Studies. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190846626.013.543>
- Dias, D. F. e. (2016). *História de Portugal*. Verso de Kapa.
- Doyle, M. W. (1986). “Liberalism and World Politics. American Political Science Review”, 80(4), 1151–1169. doi:10.2307/1960861
- Freire, M. R. (2011). *Política Externa: Relações Internacionais em Mudança*. Livraria Almedina.
- Freire, M. R. (2022). *Portuguese foreign policy*. Em *The Oxford Handbook of Portuguese Politics* (p. 701–714). Oxford University Press.

- Fróis, L. (1983). *História de Japam IV (1583-1587)*. Biblioteca Nacional.
- Gaspar, M. J. (2020). “O diplomata no século XXI: Continuidades e mudanças na prática diplomática face às transformações tecnológicas - o caso português”. Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.5/21408>
- Mattoso, J. (1997). *História de Portugal - Vol. II - A Monarquia Feudal*. Estampa, Editorial.
- Mattoso, J. (1997). *História de Portugal - Vol. III - No Alvorecer da Modernidade*. Estampa, Editorial.
- Ministry of Foreign Affairs, & Republic of Korea. (2010). “The G20 Seoul Summit”. Mofa.go.kr. https://www.mofa.go.kr/eng/wpge/m_5470/contents.do
- Moura, P. (2001). *Portuguese-Korean Historical Studies*. Instituto Camões/Portuguese Cultural Center in Seoul e Royal Asiatic Society-Korea Branch.
- Morgenthau, H. J. (2003). *A Política Entre as Nações: A luta pelo poder e pela paz*. UNB.
- Nye, J. S. (2004) *Soft Power: The Means to Success in the World Politics*.
- Nye, J. (1993). *Understanding International Conflicts: An Introduction to Theory and History*.
- Onuf, N. (2012). *World of our making: Rules and rule in social theory and international relations*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203722428>
- Paine, S. C. M. (2011). *The sino-Japanese war of 1894-1895: Perceptions, power, and primacy*. Cambridge University Press.
- Pacheco Pardo, R. (2023). *Shrimp to whale: South Korea from the forgotten war to K-pop*. C Hurst.
- Putri, T. A. (2022). “Korean Wave as a form of South Korea’s Soft Power Diplomacy.”
- Ravenhill, J. (2008). *Global Political Economy*. Oxford University Press.
- Rodrigues, R. J. da S. (2004). “Dinâmicas económicas e política externa portuguesa nos países não lusófonos da SADC (1975-2002)”. Wwv.repository.utl.pt. <http://hdl.handle.net/10400.5/1271>
- Rosenau, J. N. (1970). “Foreign Policy as Adaptive Behavior: Some Preliminary Notes for a Theoretical Model”. *Comparative Politics*, 2(3), 365–387. <https://doi.org/10.2307/421308>
- Kim B.R. (2015). “Past, Present and Future of Hallyu (Korean Wave)”. https://www.ajcnet.com/journals/Vol_5_No_5_October_2015/19.pdf

Kim, Joung-Yoo. (2022). “The evolution of Europe and Korea relations during the cold war (1950-1990)”. In Casarini, Nicola; Fiori, Antonio; Kim, Nam-Kook; Lee, Jae-Seung; Pacheco Pardo, Ramon (eds.) *The Routledge Handbook of Europe-Korea Relations*. Local de publicação: Routledge.

Kissinger, H. (1995). *Diplomacy* (A Touchstone Book). Simon & Schuster.
Waltz, K. N. (1979). *Theory of international politics*. McGraw Hill Higher Education.

Wendt, A. (1992). “Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics”. *International Organization*, 46(2), 391–425.
<http://www.jstor.org/stable/2706858>

Yonhap. (2021). “Moon says G-7 summit to be chance for S. Korea’s diplomacy, bigger role on global issues”. *The Korea Herald*.
<https://www.koreaherald.com/view.php?ud=20210608000442>

Yun, S. (2012). “The Future of Global Korea”. Keia.org. <https://keia.org/the-peninsula/the-future-of-global-korea/>

임정요. (2016). “Korea, Portugal promise to expand cooperation in culture-related areas”. *The Korea Herald*.
<https://www.koreaherald.com/view.php?ud=20160621000621&kr=1>